



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**FRANCISCO ALLISON MOREIRA ALEXANDRE**

**UMA ANÁLISE DO INTERESSE DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS PELA ÁREA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL**

**SOUSA - PB  
2009**

**FRANCISCO ALLISON MOREIRA ALEXANDRE**

**UMA ANÁLISE DO INTERESSE DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS PELA ÁREA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Ciências Contábeis do CCJS da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.**

**Orientador: Prof<sup>o</sup> Me. José Ribamar Marques de Carvalho.**

**SOUSA - PB  
2009**

**FRANCISCO ALLISON MOREIRA ALEXANDRE**

**UMA ANÁLISE DO INTERESSE DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
PELA ÁREA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

---

Presidente: José Ribamar Marques de Carvalho (orientador)  
Msc. – Universidade Federal de Campina Grande.

---

Membro: Lucia Silva de Albuquerque.  
Msc. – Universidade Federal de Campina Grande.

---

Membro: Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo  
Msc – Universidade Federal de Campina Grande.

Sousa– PB  
2009

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **“Uma análise dos estudantes de Ciências Contábeis pela área de Contabilidade Ambiental”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 17 de dezembro de 2009.

Francisco Allison Moreira Alexandre

Dedico aos meus pais Antonio Alexandre de Sousa e Isabel Queiroga de Sousa, aos meus seis irmãos (Goreth, Antonio Filho, Socorro, Elisangela, Ednalva e Poliana) a minha namorada Aline, que sempre me apoiaram e me deram força nos momentos de dificuldade na busca da realização deste sonho e em todos os momentos de minha vida. Dedico a minha avó Domitilia Nobre (in memória) que fisicamente não está mais aqui, mais que estará sempre em meu coração. Dedico a Rafael Linhares (in memória) meu colega de turma que começou essa jornada junto comigo e pela vontade de Deus não mais está presente. Por fim, e de maneira especial, dedico a ti senhor Deus por sua infinita bondade em me conceder a vida e por me permitir que eu realize este sonho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade, compaixão que tem comigo. Obrigado senhor por todos os dons e graças que me concedes ao longo de minha vida. Obrigado pela paz, pela saúde, por minha inteligência, pela família que tu me destes, pelos amigos que puseste em meu caminho e por todos os males que me livrastes. Enfim obrigado por me conceder esse dom tão maravilhoso que é a minha vida e por permitir que eu te chame de Pai.

A minha família, de maneira especial a minha mãe, Isabel, por todos os ensinamentos que passou e por todo o esforço que fez para eu pudesse ser quem eu sou e pelo amor que dedica a mim, a meu pai, Antonio, pelo exemplo de honestidade e trabalho que me ensinou, as minhas irmãs, Poliana, Elísangela e Socorro, que sempre me incentivaram e estiveram sempre ao meu lado nos momentos de dificuldade e a minha avó Domitília (in memória), e as minhas tias Alexandrina(in memória) e Escolástica (in memória) por todos os ensinamentos e amor a mim dedicados.

A minha namorada Aline, que sempre me apoiou de maneira incondicional em todos os momentos desta jornada. Obrigado pela compreensão e incentivo que me destes.

A meu orientador, José Ribamar Marques de Carvalho, pelos ensinamentos, pela paciência, e principalmente pela compreensão despendida e que me conduziram ao êxito deste trabalho.

A todos os professores, que me aturaram ao longo do curso, e contribuíram significativamente na formação da minha conduta profissional e pessoal. De maneira especial aos professores: Marizelma, Maria José, Descartes, Cristiane, Janeide, Ribamar, Josicarla, Luis Gustavo, Marconi, Thaiseany e Lucia, pela compreensão que dedicaram a minha pessoa.

Aos meus colegas de sala, que sempre caminharam junto para a realização deste sonho em especial: Dieglys, Rose, Marcos, Kley, Erivan, Elaine, Ligia e Nadjane . A vocês desejo toda sorte e sucesso.

A minha turma 2004.2, com quem tive o a maioria do curso. Em especial, aos amigos José Alexandre, Gabriela Holanda, Pedro Morais, Larissa Santana, Lourival Antonio, Socorro Gomes, Alessandra Macena, Anderson Estrela, Thiago Paiva e Fabiano Ferreira. Fico feliz em tê-los conhecido e por poder dividir este momento com vocês.

Aos amigos que faleceram, e hoje não tem mais a oportunidade de estar presente, partilhando comigo esse momento, mas saibam: vocês estarão sempre em meu pensamento.

Aos colegas de trabalho pela confiança e respeito com que me trataram. De maneira especial a Francisco Dinarte, Dinácio, Anderson Machado, Luciano Moreira, Damião Martins, Holena Remigio (in memória), Arlete Marques, Gilson Martins, Patrícia Alves, Coriolano Porto, João Gouveia, Bartolomeu Pereira, Samir Ferreira, Eugenio Junior e Renato Dias, a todos esses tomei a liberdade de chamá-los não de colegas de trabalho mais de amigos. A vocês, meu muito obrigado pelo incentivo e compreensão dedicados a mim.

Por fim, a todos aqueles que de modo direto ou indireto, ajudaram-me a conquistar este objetivo, seja com um ato qualquer ou com uma palavra de incentivo. Vocês também fazem parte desta conquista.

### Oração da Serenidade

"Concede-me, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não posso modificar, coragem para modificar as que eu posso e sabedoria para distinguir uma da outra – vivendo um dia de cada vez, desfrutando um momento de cada vez, aceitando as dificuldades como um caminho para alcançar a paz, considerando o mundo pecador como ele é, e não como gostaria que ele fosse, confiando em Deus para endireitar todas as coisas para que eu possa ser moderadamente feliz nesta vida e sumamente feliz contigo na eternidade".

Reinhold Niebuhr.

## RESUMO

A degradação excessiva do meio ambiente e dos recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e interesse. Assim, as instituições de ensino superior fontes catalisadoras de novos conhecimentos vem cada vez mais se dedicando as questões ambientais com intuito de mitigar os impactos causados pela ação do homem. Nesse sentido, o presente estudo tem o objetivo de escrever qual o interesse dos estudantes de ciências contábeis pela área de contabilidade ambiental. Para tanto se utilizou de pesquisa exploratória, descritiva, aplicada, bibliográfica com abordagem qualitativa e quantitativa. Para atingir a finalidade proposta, analisou-se uma amostra de 54 questionários de um universo 62 alunos que cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental do curso de Ciências Contábeis da UFCG campus de Sousa-PB no período de 2009.1. Os resultados apontam que houve concordância com cerca de 81% das perguntas constantes nos questionários, discordância em cerca 14% e cerca de 5% apresentaram-se neutras. Do exposto, entende-se que a maioria dos estudantes compreende a importância das disciplinas da área de Contabilidade Ambiental, embora, não tenham interesse em atuar nesta área. Recomenda-se a realização de estudos que possam inserir outras variáveis e outras técnicas estatísticas relacionadas à temática, comparando ainda se possível os resultados aqui expostos com outras instituições públicas que adotam componentes curriculares relacionados a área ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Percepção Discente. IES Pública.

## ABSTRACT

Excessive degradation of the environment and natural resources have drawn attention around the world, and that the environment has attracted increasing attention and interest. Thus, institutions of higher catalyst sources of new knowledge is increasingly devoted to environmental issues in order to mitigate the impacts caused by man. Accordingly, this study has the goal of writing which the interests of accounting students for the area of environmental accounting. The focus was an exploratory research, descriptive, applied, literature with a qualitative and quantitative. To achieve our purposes, we analyzed a sample of 54 questionnaires from a universe 62 students in the discipline of Environmental Accounting Course of Accounting Sciences, UFCG campus Sousa-PB in the period from 2009.1. The results indicate that there was agreement with about 81% of the questions contained in the questionnaires, some disagreement in 14% and about 5% were neutral. The above means that most students understand the importance of the disciplines of Environmental Accounting, although not interested in working in this area. It is recommended for studies that may include other variables and other statistical techniques related to the topic, even if possible comparing the results shown here with other public institutions that adopt curriculum components related to the environmental area.

Keywords: Environmental Accounting. Student Perception. IES Public.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de questionários aplicados aos alunos que cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental do curso de Ciências Contábeis da UFCG campus de Sousa-PB no período 2009.1 .....	21
Tabela 2 – Número de IES no Brasil em 2006 .....	43
Tabela 3 – Número de cursos de nível superior no Brasil no ano de 2006 .....	43
Tabela 3 – Número de alunos que concluíram o curso de ciências contábeis da UFCG no período de 2007 a 2009 .....	51

## LISTA DE SÍBOLOS

% Percentual ou Percentagem

\$ Cifrão

§ Parágrafo

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - As disciplinas da área de Contabilidade Ambiental têm grande importância para mim .....	54
GRÁFICO 2 – As disciplinas da área são muito interessantes.....	55
GRÁFICO 3 – Não me incomoda gastar tempo extra para me dedicar às atividades das disciplinas desta área. ....	56
GRÁFICO 4 – Eu cursaria as disciplinas desta área, mesmo que não fossem obrigatórias.	57
GRÁFICO 5 - A disciplina desta área desenvolve uma estratégia de gestão ambiental.....	58
GRÁFICO 6 - As disciplinas da área destacam aspectos importantes relacionados ao meio ambiente.....	59
GRÁFICO 7 - A disciplina trabalha aspectos relacionados à medição de desempenho das instituições no tocante a área ambiental.....	60
GRÁFICO 8 - A disciplina ajuda a planejar e implantar ações de gestão e controle ambiental. ....	61
GRÁFICO 9 - A disciplina estimula o planejamento e implementação de melhorias relacionadas ao desempenho e transparência para as instituições .....	62
GRÁFICO 10 - A disciplina articula as atividades de gestão ambiental com outras atividades funcionais (Sociedade, Administração, Recursos Humanos etc) .....	63
GRÁFICO 11 - A carreira nesta área é uma boa opção para mim.....	64
GRÁFICO 12 - A carreira na área Ambiental para mim é desejável.....	65
GRÁFICO 13 - Uma carreira nesta área desperta bastante o meu interesse.....	66
GRÁFICO 14 - A aprendizagem gerada na área desenvolve nos estudantes o pensamento crítico e científico .....	67

GRÁFICO 15 - Entendo que todos devem cursar as disciplinas desta área.....	67
GRÁFICO 16 - A sociedade espera que minha instituição de ensino incentive a formação de seus alunos para esta área .....	68
GRÁFICO 17 - O que aprendo nas disciplinas desta área será importante para minha formação como cidadão com responsabilidade sócio-ambiental .....	69
GRÁFICO 18 - O aprendizado das disciplinas desta área pode ser considerado de grande relevância para minha formação profissional e pessoal.....	70
GRÁFICO 19 - As disciplinas da área conduzem os estudantes a aliar teoria e prática.....	71
GRÁFICO 20 - O conteúdo aprendido nas disciplinas da área será útil no meu dia-a-dia...	72
GRÁFICO 21 - Os conteúdos das disciplinas, quando do término de cada período, atingem ao proposto pelo curso. ....	72

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Tema e Problema.....	14
1.2 Justificativa.....	16
1.3 Objetivos.....	18
1.3.1 Objetivo Geral.....	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	18
1.4 Procedimentos Metodológicos.....	18
1.4.1 Natureza da pesquisa.....	18
1.4.2 Classificação da Pesquisa.....	19
1.4.3 Área de atuação da pesquisa.....	20
1.4.4 Coleta de Dados.....	20
1.4.5 Tipo de Questionário.....	20
1.4.6 População e Amostra.....	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 Meio Ambiente.....	22
2.2 Responsabilidade Social.....	24
2.3 Responsabilidade Social Empresarial.....	25
2.4 Responsabilidade Sócio-ambiental.....	26
2.5 Contabilidade.....	27
2.5.1 Origem e evolução.....	27
2.5.2 Conceitos.....	30
2.5 Contabilidade no Brasil.....	31
2.5.1 Evolução.....	31
2.5.2 Órgãos de classe da área contábil.....	33
2.6 Contabilidade Ambiental.....	36
2.7 Estrutura da educação no Brasil e o ensino de contabilidade no Brasil.....	39
2.7.1 Estrutura da educação no Brasil.....	39
2.7.2 O ensino de Contabilidade no Brasil.....	44
2.7.3 O curso de Ciências Contábeis da UFCG.....	49
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE.....	83

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e Problema

No decorrer dos anos os ecologistas inspiraram a criação de uma nova identidade, uma identidade biológica, uma concepção de coloca a espécie humana como componente ativo da natureza. Trata-se, a partir daqui, de uma identidade global, independente dos vínculos sociais, históricos, culturais ou de credo, que possui a capacidade de unir os traços de culturas distintas.

No entanto, para Carvalho (2007, p.44, 45), “o modelo de crescimento econômico ilimitado, apresentado bem antes do mundo globalizado e difundido mais ainda após este, é um equívoco, que poderá levar todos a um colapso [...]”.

Segundo o Banco Mundial em um relatório produzido em 1982, a degradação ambiental e a pobreza estavam intimamente relacionadas e que era possível alcançar-se um desenvolvimento econômico ecologicamente saudável. Percebia-se, então, a necessidade de unir ecologia e economia, abandonando o entendimento (décadas de 70 e 80) de que esses eram temas desvinculados. Nesse sentido, Carvalho (2007, p.45), diz que: “[...] A capacidade de suporte ou resiliência da natureza propõe a mudança para o paradigma da sustentabilidade [...]”

Um dos marcos de revisão do pensamento mundial sobre desenvolvimento foi publicado no relatório nosso futuro comum em 1987, que ficou conhecido como relatório Brundtland, que denunciou a exaustão dos recursos ambientais:

Muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, para atender às necessidades humanas e para realizar ambições humanas são simplesmente insustentáveis – tanto nas nações ricas quanto nas pobres. Elas retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já a descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta. Podem apresentar lucro nos balancetes da geração atual, mas nossos filhos herdarão os prejuízos. Tomamos um capital emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo. (ALMEIDA, 2002, p.56)

Com a Rio 92, conferencia da ONU também conhecida como cúpula da terra, consolidou-se a formulação proposta pela comissão de Brundtland, para a definição do conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CARVALHO, 2007, p.33)

Nessa mesma conferencia aprovou-se um cronograma de ações sobre temas específicos como erosão, desertificação, alterações climáticas, resíduos tóxicos e outros que visam assegurar a sustentabilidade planetária a partir do século XXI e que, por isso, é conhecido como agenda 21.

A agenda 21 global estabeleceu pontos a serem considerados pelos países no sentido de se promover uma mudança no padrão de desenvolvimento para o século XXI. Este novo padrão concilia métodos de proteção ambiental com justiça social e eficiência econômica. Previu, ainda, que as nações deveriam elaborar suas agendas nacionais e que, até 1996, esse países deveriam ter iniciado o processo de construção de suas agendas locais.

Tinoco e Kraemer (2008, p.35,36), afirmam que:

O impacto da espécie humana sobre o meio ambiente tem sido comparado por alguns cientistas às grandes catástrofes do passado geológico da Terra. A humanidade deve reconhecer que agredir o meio ambiente põe em perigo a sobrevivência de sua própria espécie, e pensar que o que está em jogo não é uma causa nacional ou regional, mas a existência da humanidade toda. É a vida que está em jogo. Podemos conceber um ecossistema sem o homem, não podemos encontrar o homem sem algum ecossistema.

A degradação excessiva do meio ambiente e dos recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e interesse.

A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos – em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável. (CMMAD – Agenda 21, 1996, p.9)

Para Carvalho (2007, p.42), "o comportamento da sociedade e a forma de as entidades lidarem com a natureza tem sofrido alterações ao longo das últimas décadas, principalmente em decorrência da mudança de valores, de conhecimentos e crenças sobre o assunto".

As universidades enquanto instituições voltadas à construção, ampliação e disseminação do saber têm cada vez mais se dedicado as questões ambientais e não tem envidado esforços na busca de soluções que venham a minimizar os impactos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, têm sido criados cursos e disciplinas voltadas ao meio ambiente.

Baseando-se nessas informações o presente trabalho fundamenta-se na seguinte questão: Existe interesse dos estudantes de ciências contábeis pela área de contabilidade ambiental?

## **1.2 Justificativa**

Em meados do século XVIII, a Europa vivia a euforia da Revolução Industrial, com o surgimento de novas tecnologias de produção, como a máquina a vapor, que revolucionaram a economia mundial. Nesse contexto ocorreram grandes fluxos migratórios para os centros urbanos, provocados, em parte, pela revolução industrial trazendo as famílias para trabalhar como mão-de-obra barata das novas fábricas. Com isso a urbanização e a exploração dos recursos humanos e naturais passaram a se processar em grande escala e de forma contínua.

Martins e Ribeiro (1995, apud Tinoco e Kraemer, 2008, p.22), ao comentarem o desenvolvimento econômico e tecnológico após a Revolução Industrial, citam "que isso significou para várias empresas maximizar a utilização de todos os recursos naturais, já que eram gratuitos, ignorando serem renovados ou não, ignorando ainda as conseqüências da ausência desses mesmos recursos".

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), no século XX, a humanidade experimentou um crescimento das organizações e das cidades jamais visto. A humanidade chega ao fim do século com o planeta tomado por resíduos e pela desigualdade social, como conseqüência da poluição atmosférica e hídrica, da contaminação do solo, da perda de espécies da fauna e da flora e dos hábitos de produção e consumo desenfreado de parte da sociedade moderna.

Nesse sentido, Paiva (2006, p. 9) assim se expressa:

Com o advento da industrialização, ocorrido na Inglaterra, no século XVIII, novos processos produtivos foram descobertos, objetivando maiores quantidades e melhor qualidade dos produtos, sempre visando a maiores lucros. Dadas as grandes extensões territoriais inexploradas dessa época, as consequências da ação humana sobre o meio ambiente não foram claramente percebidas pelos produtores.

Como resultado da consciência do potencial destruidor que se verificava, surgem diversas iniciativas, conhecidas em seu conjunto como movimento ambientalista. A princípio observa-se que não se trata de um movimento homogêneo. Nele as questões ambientais são discutidas e debatidas pela opinião pública, porém, as ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a ótica do ambientalismo são diversificados e distintos entre os vários movimentos. Com o passar dos anos muito tem sido os esforços pela busca de associar lucratividade a responsabilidade social e, com isso, a questão ambiental passou a ser tratada com mais homogeneidade.

Contudo no âmbito acadêmico ainda são poucos os estudos que versem sobre essa temática, principalmente no tocante a análise do interesse de estudantes de Ciências Contábeis pela área contabilidade ambiental, apesar do fato de que diante do novo cenário que se apresenta onde a questão ambiental é bastante discutida em virtude do enfoque com que tem sido tratada ela se constitui como um excelente campo de pesquisa devido a importância que tem recebido por parte de toda a sociedade inclusive algumas universidades.

A viabilidade da pesquisa demonstra-se pelo fato que o potencial de exploração do tema é bastante amplo além de ser permeado pela interdisciplinaridade que o rodeia. Há grande disponibilidade de fontes de consulta de vários autores que versam sobre o tema e que servirão de embasamento teórico para a realização do estudo.

Expostos esses entendimentos verifica-se que estudos que possam envolver aspectos relacionados à área ambiental podem ser considerados relevantes na busca pela conscientização ambiental no intuito de definir estratégias que possam melhorar o atual cenário. Nesse sentido, essa pesquisa se justifica pelo fato de tentar discutir interesses de estudantes de contabilidade sobre essa temática.

No campo prático, foram estudados os alunos que cursaram a disciplina de contabilidade ambiental no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande

campus de Sousa-PB. Nesse sentido se faz extremamente necessário o desenvolvimento de estudos que identifiquem a importância da Contabilidade nesse processo.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Em consonância com o tema proposto o presente trabalho tem como objetivo geral analisar qual o interesse dos estudantes de ciências contábeis pela área de contabilidade ambiental

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Identificar os motivos que fizeram ou fazem com que os estudantes de ciências contábeis se interessem ou não pela área de contabilidade ambiental.
- Identificar os fatores que podem de alguma forma, auxiliar os alunos e as instituições sobre a importância da área de Contabilidade Ambiental.
- Descrever o perfil dos alunos do curso de Ciências Contábeis no tocante a disciplina de Contabilidade Ambiental.

### **1.4 Procedimentos Metodológicos**

#### **1.4.1 Natureza da pesquisa**

Richardson (1999 p 80) sintetiza:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais

Dessa forma a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e quantitativa de modo a descrever, através das percepções dos envolvidos, a diversidade e complexidade dos fenômenos sociais existentes.

### **1.4.2 Classificação da Pesquisa**

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (1990), que a qualifica quanto a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

#### **1.4.2.1 Quanto aos fins**

A pesquisa é exploratória, explicativa descritiva e aplicada. Exploratória porque embora a questão ambiental seja bastante discutida, entende-se que existem poucos estudos no que se refere ao interesse dos estudantes do curso de Ciências Contábeis pela disciplina de Contabilidade Ambiental. Explicativa visa esclarecer os fatores que podem de alguma forma, auxiliar os alunos e as instituições sobre a importância da disciplina. Descritiva, pois busca descrever o perfil e o interesse dos alunos do curso de Ciências Contábeis no tocante a disciplina de Contabilidade Ambiental e Aplicada com vistas a contribuir para a estruturação e desenvolvimento da referida disciplina.

#### **1.4.2.2 Quanto aos meios**

A pesquisa é bibliográfica e estudo de caso. Bibliográfica porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho será realizada consulta, sobre o assunto, na literatura já existente. A investigação será, também, um estudo de caso, uma vez que é circunscrito a uma localidade.

### **1.4.3 Área de atuação da pesquisa**

O presente trabalho delimita-se a estudar os alunos que cursaram a disciplina de contabilidade ambiental do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande campus da cidade de Sousa-PB no período letivo 2009.1.

### **1.4.4 Coleta de Dados**

Os dados foram coletados por meio de:

Fontes primárias – questionários aplicados entre os alunos que cursaram ou que estão cursando a disciplina de contabilidade ambiental do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande campus da cidade de Sousa-PB.

Fontes secundárias - pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, trabalhos acadêmicos, jornais e em meio eletrônico;

### **1.4.5 Tipo de Questionário**

O questionário aplicado foi a Escala de Likert com variação entre 1 e 5 da seguinte forma:

1 – Discorda totalmente; 2 – Discorda parcialmente; 3 – Neutro; 4 – Concorda Parcialmente;  
5 – Concorda totalmente

### **1.4.6 População e Amostra**

A população deste estudo foi constituída por um universo de 62 alunos que cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental do curso de Ciências Contábeis da UFCG campus de Sousa-PB no período letivo 2009.1. Já a amostra foi composta por 54 alunos, já que 8 deles

não responderam ao questionário, o que corresponde a 87% da população do estudo conforme tabela abaixo.

**Tabela 1 – Número de questionários aplicados aos alunos que cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental do curso de Ciências Contábeis da UFCG campus de Sousa-PB**

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Questionários aplicados</b>	62	100
<b>Questionários respondidos</b>	54	87
<b>Questionários não respondidos</b>	08	13

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscando propiciar um aprofundamento sobre o estudo da Contabilidade Ambiental o presente trabalho valeu-se de revisão bibliográfica para fundamentar o estudo. Para facilitar o entendimento do tema em epígrafe e diante da estreita relação de interdisciplinaridade que o mesmo mantém com a Contabilidade e com outras áreas de conhecimento, partiu-se de uma visão geral sobre o Meio Ambiente, bem como por uma visão conceitual sobre Responsabilidade Social, Responsabilidade Social Empresarial, Responsabilidade Sócio-ambiental. Em seguida explorou-se a Contabilidade (origem, conceito e evolução), a Contabilidade no Brasil (evolução e os órgãos de classe da área contábil) e a Contabilidade Ambiental (origem, conceito e evolução). Por fim buscou-se demonstrar a estrutura da educação no Brasil e o ensino de contabilidade no Brasil.

### 2.1 Meio Ambiente

Tinoco e Kraemer (2008, p.34), definem o meio ambiente como “o conjunto de elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (energia solar, solo, água e ar) que integram a camada da Terra chamada biosfera, sustentáculo e lar dos seres vivos”.

O homem enquanto organismo integrante dessa biosfera, desde os tempos das civilizações mais primitivas até os dias atuais, tem usufruído dos recursos naturais existentes no planeta. No entanto de acordo Tinoco e Kraemer (2008, p. 34):

Com o rápido crescimento da população, criou-se uma demanda sem precedentes, a que o desenvolvimento tecnológico pretende satisfazer submetendo o meio ambiente a uma agressão que está provocando o declínio cada vez mais acelerado de sua qualidade e de sua capacidade para sustentar a vida.

Carvalho (2007, p.46), sobre a interferência do homem no meio ambiente assim se expressa:

Nos últimos séculos, o ser humano vem interferindo no funcionamento sistêmico da natureza com a quebra constante da cadeia trófica (circulação de matéria e energia em que os seres se alimentam uns dos outros, quer seja presa, quer seja predador, através de fluxo que vem desde a fotossíntese). Isto se dá pela inserção de espécies exóticas, construção de hidroelétricas,

pontes, prédios, extração mineral, vegetal e tantas outras atividades, ditas econômicas.

Diante de tal constatação, no decorrer dos anos do final do século passado, foram instituídas várias ações visando o combate e/ou amenização desses problemas. Tinoco e Kraemer (2008) mencionam várias dessas ações, dentre as quais elencamos as quatro a seguir:

1 – Na década de 70, surgem as primeiras Avaliações de Impactos Ambientais – AIA que após passarem por um período de evolução tornaram-se mais aplicáveis a realidade.

2 – Na década de 80, surgem os Estudos de Impactos Ambientais – EIA e os Relatórios de Impactos ao Meio Ambiente – RIMA, principais instrumentos para viabilização das AIAs. Ainda na década de 80, no ano de 1987 foi publicado o relatório nosso futuro comum, que ficou conhecido como relatório Brundtland, tido como um dos marcos de revisão do pensamento mundial sobre desenvolvimento.

3 – Na década de 90, em 1991, foi publicada a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável pela Câmara Internacional do Comércio (ICC) e elaborada a norma internacional de proteção ambiental ISO 14000. Em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra, Rio 92, ou Eco 92.

4 – No início deste século, em 2001, a União Européia estabelece o Sistema de Gestão Ambiental chamado EMAS 2001. Em 2002, em Johannesburgo na África do Sul, reuniram-se a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula da Terra 2 (Rio + 10), como resultado surgiram dois documentos: a Declaração Política (com o título “O Compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável) e o Plano de Implementação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo VI, também contemplou a preocupação com o Meio Ambiente, conforme transcrição abaixo:

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:  
I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. (Art. 225, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)

Diante do exposto, tornou-se crescente, entre as empresas e/ou instituições, a necessidade de uma melhor relação entre essas e o meio ambiente e com isso surgiram novos conceitos conforme veremos a seguir.

## **2.2 Responsabilidade Social**

O tema responsabilidade social já existe há mais de 50 anos, no entanto, foi a partir da década de 70 que o tema passou a ser mais aprofundado.

O SENAC-PR traz a seguinte definição sobre o tema:

Responsabilidade Social é uma nova maneira de conduzir os negócios da empresa, tornando-a parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social, englobando preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente).

Em outras palavras pode-se dizer que a responsabilidade social consiste no fato de que as entidades além da visão econômica (rentabilidade, lucro) tem que contemplar a visão social (qualidade de vida dos funcionários, atenção aos anseios da sociedade), etc.

Por isso, o papel de uma empresa comprometida com o desenvolvimento social está principalmente no fato de se buscar a conversão de interesses, em que ambas as partes saiam com resultados positivos, não apenas no sentido literal do lucro, mas no sentido de que as empresas devem desempenhar um papel correto fazendo mais do que obriga legislação ao desenvolver práticas que visem estabelecer um bem-estar da sociedade em geral.

### **2.3 Responsabilidade Social Empresarial**

Outro conceito existente no mundo dos negócios é o de Responsabilidade Social Empresarial.

A responsabilidade social empresarial manifesta o grau de comprometimento que as organizações apresentam com o ambiente nos quais estão inseridas, tanto no aspecto ambiental quanto no social.

Para o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, faz a seguinte definição sobre o que é Responsabilidade Social Empresarial:

É a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Segundo Furtado (2003), a responsabilidade social é um fenômeno empresarial que se manifesta por meio da adoção de formas de gerenciamento baseado em valores

corporativos que norteiam as ações da empresa em relação aos seus diversos grupos de relacionamento. Tais grupos são compreendidos por todos aqueles agentes que influenciam e são influenciadas pelas atividades da organização, quais sejam, seus empregados e demais integrantes da força de trabalho: clientes, fornecedores (na cadeia de produção), meio ambiente, comunidade ao redor das instalações industriais e a sociedade de modo geral.

Furtado (2003, p.23), com relação à responsabilidade social empresarial ressalta:

Verifica-se uma tendência crescente de investimentos destinados às ações sociais diversas envolvendo uma faixa de beneficiados que vão desde funcionários da empresa até o entendimento das necessidades explicadas pelas diversas organizações da sociedade civil acarretando benefícios para toda a sociedade.

Nesse sentido, é importante que a relação entre a empresa, parceiros e fornecedores seja pautada no diálogo claro e aberto onde fiquem evidenciados os objetivos da empresa no tocante a necessidade de ganho econômico, porém contemplando a dimensão social, a preocupação com o meio ambiente e o respeito à diversidade cultural.

Existem varias possibilidades de ajuda a uma comunidade carente, como, estimular a formação de algum tipo de organização da comunidade, participar de reuniões com lideranças locais, para a discussão de problemas e acompanhamentos de soluções. Fazer parcerias com empresas sejam elas grandes ou pequenos portes, é muito importante para desenvolver projetos que sua empresa não poderia empreender individualmente. Por exemplo, a organização de um programa de reciclagem com a comunidade local ou a limpeza e/ou reforma de uma escola ou abrigo (VALSANI, 2005, P.37).

## **2.4 Responsabilidade Sócio-ambiental**

A difusão do conceito de responsabilidade sócio-ambiental no meio empresarial pode ser consequência da cobrança da sociedade por um grau de comprometimento ético-responsável com o meio ambiente. Uma exigência que virou fator pré-determinante no processo de atração de investimentos de capital externo para as organizações.

Tinoco (2008, p.99) afirma que:

A proteção ao meio ambiente vem se tornando uma preocupação de muitas empresas, de formadores de opinião e de parcela significativa da população, em varias partes do mundo. Isso decorre do elevado nível de degradação do

patrimônio natural da humanidade, à medida que o processo de globalização avança, levando as organizações a se adaptarem para que haja uma convivência equilibrada com o meio ambiente.

A responsabilidade sócio-ambiental corresponde a um compromisso de empresas que atuam na vanguarda, atendendo a crescente conscientização da sociedade, principalmente nos mercados mais maduros. Diz respeito à necessidade de revisar os modos de produção e padrões de consumo vigentes, de tal modo que o sucesso empresarial não seja alcançado a qualquer preço, mas ponderando-se os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes da atuação administrativa e negocial da empresa.

O Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial afirma que:

Empresa sócio-ambientalmente responsável é aquela que possui capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e de conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Assim, é por intermédio da postura de responsabilidade sócio-ambiental que uma empresa busca a sustentabilidade de suas práticas administrativas e negociais. Ou seja, os processos relacionados aos negócios e os de apoio ao negócio, bem como os produtos e serviços deles decorrentes, são definidos e avaliados à luz não somente dos resultados mas, também, considerando os impactos e benefícios sócio-ambientais relacionados.

## **2.5 Contabilidade**

### **2.5.1 Origem e evolução**

O registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação, bem como a divulgação das atividades e operações das empresas, dos governos e das organizações em geral são feitos pela Contabilidade, desde há muito tempo, de forma sistêmica, através de demonstrações contábeis. (TINOCO e KRAEMER, 2008, P.19)

Embora não se possa precisar com certeza, em virtude da insuficiência de provas concretas, acredita-se que os primeiros registros sobre Contabilidade ocorreram cerca de 6.000 anos a.C na região do Egito.

Uma das arcaicas de Ur contém um inventário de cabras; algumas tabuletas de Fara têm como objeto de escrita os cereais e alguns outros diversos elementos. Entre as quais se dedicam aos vários objetos encontrados há as se referem a: animais de carga destinados também ao cultivo da terra, divisão de terras alugadas, contas de pagamentos, contas de inventários dos animais, contas de entradas e saída de metais e utensílios, contas dos bens consumidos ou sacrificados, etc. tais tabuletas, a fim de evitar adulterações, já tinham o "selo de sigilo" do templo, alcançando-se desta forma, mais uma fase de evolução no controle e mais um progresso nas administrações. (SÁ, 1995, p. 237,238)

Tinoco e Kraemer (2008, p.19), assim se expressam sobre o surgimento da Contabilidade.

Foi no Oriente, especialmente na China, na Índia, no Egito, e também na Grécia, que os primeiros registros e estudos de Contabilidade se deram, ocorrendo paralelamente com o aprendizado e o desenvolvimento da aritmética e da matemática.

Em 1249, em Pisa na Itália, Leonardo Fibonacci escreveu uma obra de suma importância para a Contabilidade e que tratava de cálculo comercial.

Também na Itália, em Veneza no ano de 1494, o Frei Luca Paccioli considerado o "pai dos autores de Contabilidade" publicou a Summa de arithmetica, geometria proportioni et proportionalitá que continha o "Tractatus de Computis et Scripturis" (Contabilidade por Partidas Dobradas) enfatizando que à teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos.

Sá (1999, p.34), afirma que:

A influência da matemática, o fato de a escrita contábil estar atada ao cálculo desde seus primeiros tempos e ter-se intensificado seu ensino nas escolas de matemática, tudo isso nos fez aceitar a força da mente lógica como geradora do processo das Partidas Dobradas. O hábito das equações, o valor das matemáticas associadas a contabilidade, pode ser gerado o hábito da igualdade de Débito e Crédito, e esta nos parece uma hipótese bastante forte no campo histórico.

Segundo Padoveze (2004), a figura do Patrimônio Líquido, criou-se a partir do método das partidas dobradas desenvolvido pelo Frei Luca Paccioli.

A era comercial da civilização foi um momento importante para dar à ciência contábil a relevância cabível como uma ciência fundamental para a humanidade, imprescindível para regulamentar as relações da sociedade. A Revolução Industrial, sistematizando o artesanato deu os elementos para tornar definitivamente a ciência contábil como ciência do patrimônio, incorporando definitivamente o conceito do uso da contabilidade de custos, que posteriormente, ao final do século XIX e início do século XX, evoluiu para os conceitos de contabilidade gerencial. (PADOVEZE, 2004, P. 41)

Baseando-se em Zanluca (2000), pode-se dizer que a contabilidade evoluiu da seguinte forma:

**CONTABILIDADE DO MUNDO ANTIGO** – período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci, da autoria de Leonardo Fibonacci, o Pisano.

**CONTABILIDADE DO MUNDO MEDIEVAL** - período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando , quando apareceu o "Tractatus de Computis et Scripturis" (Contabilidade por Partidas Dobradas) do Frei Luca Paccioli, publicado em 1494, enfatizando que à teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

**CONTABILIDADE DO MUNDO MODERNO** – período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra "La Contabilità Applicata alle Amministrazione Private e Publiche" da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da contabilidade.

**CONTABILIDADE DO MUNDO CIENTÍFICO** – período que se inicia em 1840 e continua até os dias atuais.

Com o passar dos anos percebe-se que a contabilidade evoluiu de simples registros de riqueza patrimonial de um único interessado – o proprietário. Em seguida passou a inteirar-se de outras questões que não só a riqueza patrimonial do proprietário e dessa forma fornecendo informações a outros usuários – sócios investidores e governo. Em outro momento a contabilidade passou a preocupar-se com a apuração do resultado e elaboração de demonstrações contábeis para seus usuários. Na atualidade a contabilidade está voltada a questões gerenciais da empresa e mais recentemente a questão ambiental tem permeado a Ciência Contábil.

Em consonância com o que foi mencionado anteriormente, a resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº. 785 de 21 de julho de 1995 que dispunha sobre as características das informações contábeis e aprova a NBC T 1 (Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica), foi substituída na data de 28 de março de 2008 pela resolução CFC 1.121/2008, que trata da estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis no Brasil.

A resolução CFC 1.121/2008 que aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis em suas considerações iniciais apresenta-se assim:

As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo,

podem especificamente determinar exigências para atender a seus próprios fins. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis preparadas segundo esta Estrutura Conceitual.

Demonstrações contábeis preparadas sob a égide desta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

## 2.5.2 Conceitos

A Contabilidade enquanto ciência social tem por objeto o patrimônio das entidades e que tem por finalidade, entre outras, prestar informações que auxiliem o controle gerencial e a tomada de decisões. Nesse sentido Marion (2005, p. 26), diz que “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações para tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

O primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade (1924 apud Crepaldi, 2008, p. 3) formulou o seguinte conceito oficial: “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação de controle e de registro relativas à administração econômica”.

Crepal di (2008, p. 5), define que “a Contabilidade é uma ciência concebida para coletar, registrar, resumir e interpretar dados e fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade”. Outra definição de Crepal di (2008, p. 5), é que “Contabilidade é o método econômico-administrativo de apuração do resultado da gestão da azienda e do controle de seu patrimônio”.

Franco (2002, p. 77) diz que:

Contabilidade é o corpo de princípios e o mecanismo técnico por meio do qual os elementos econômicos de uma determinada organização são classificados, registrados e periodicamente apresentados e interpretados, com o escopo de prover ao seu efetivo controle e à sua eficiência.

Dessa forma pode-se dizer que a Ciência Contábil é um meio comum de comunicação nos negócios e que representa uma das principais ferramentas de auxílio na administração das entidades bem como no seu desenvolvimento.

A AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants* (1970, apud Tinoco e Kraemer, 2008, p.24), a Contabilidade é definida como:

Contabilidade é uma atividade de serviço. Tem como função principal fornecer informação quantitativa, essencialmente financeira, sobre entidades econômicas, visando auxiliar na tomada de decisões econômicas e na escolha adequada dentre da ação alternativas.

De acordo com Ribeiro (2006, p. 40), a Contabilidade possui quatro dimensões bem definidas. São elas: jurídica, econômica, organizacional e social. Para ele, a dimensão jurídica proporciona a separação dos interesses da pessoa física e da pessoa jurídica. E dimensão econômica se concentra na análise patrimonial da organização. Na dimensão organizacional é proposta a gestão e controle dos recursos pela direção da entidade, e na social, responsabiliza-se pela evidenciação dos benefícios pela política social adotada pela entidade.

Nessa ultima dimensão, a social, o conceito de responsabilidade sócio-ambiental começa no campo empresarial. Cada vez mais, observa-se a mobilização dos gestores no sentido de promover o desenvolvimento e efetivação de uma política sócio-ambiental que tenha haver com a atividade comercial realizada pelas entidades.

## **2.5 Contabilidade no Brasil**

### **2.5.1 Evolução**

Como nos demais países do mundo, a Contabilidade no Brasil adveio da necessidade de registro dos fatos patrimoniais das empresas e/ou organizações.

Até a década de 40 do século passado algumas datas são significativas para a Contabilidade no Brasil, como segue:

- 1808 – Publicação de um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

- 1850 – Código Comercial, onde institui a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração das demonstrações do balanço Geral.
- 1856 – Criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, responsável pela formação profissional brasileira.
- 1880 – Publicação do Manual Mercantil de Veridiano de Carvalho, no qual consolidou o uso das partidas dobradas.

Entretanto, apenas em 1945, com a publicação do decreto Lei nº 78.938 foi estabelecido o ensino da Contabilidade no Brasil. O referido decreto dividiu o ensino contábil em dois níveis: o médio, para formar técnicos de contabilidade, e o superior, para formar Bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais.

No Brasil, a profissão contábil é regulada pelo decreto Nº 9.295/46, no qual se estabelecem as prerrogativas dos profissionais de contabilidade, que até hoje é o documento legal que disciplina o exercício da profissão. Mais tarde a resolução CFC Nº 560/83 e a Resolução Nº 898/01 também visaram regular a profissão atualizando-a as novas realidades.

No que concerne às atribuições profissionais, o artigo 25 do Decreto Lei nº. 9.295/46 trás a seguinte definição sobre os trabalhos técnicos em contabilidade:

Art. 25. São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Segundo Niyama (2007), foi a partir da década de 70, com o desenvolvimento ainda embrionário do mercado de capitais e com a reforma bancária, que teve inicio a história recente da contabilidade no Brasil.

Nesse sentido, Niyama (2007, p.1), destaca que os principais passos foram:

- a) obrigatoriedade de as companhias abertas terem suas demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes;

- b) publicação da Circular nº. 179/72 pelo Banco Central do Brasil, padronizando a estrutura e forma de apresentação das demonstrações contábeis das companhias abertas;
- c) influência da escola norte-americana de contabilidade com o início do estudo sobre princípios contábeis e a promulgação da Lei nº. 6.404/76 sob esta influência.

Outro fato importante foi a criação, em 1976, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), para monitorar o mercado de capitais. Ainda em 1976, foi divulgada a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), que trouxe inovações à época, principalmente na criação de registros auxiliares para atender a exigências fiscais e na necessidade de se observarem princípios contábeis geralmente aceitos para fins de escrituração mercantil.

A contabilidade brasileira tradicionalmente foi vinculada à legislação (originalmente à tributária e depois à societária em conjunto) e à regulamentação por organismos governamentais (Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados, Comissão de Valores Mobiliários, entre outros), sendo politicamente fraca a influência de órgãos de classe ou institutos representativos da profissão para determinação dos procedimentos contábeis. (NIYAMA, 2007, p.2)

Atualmente a contabilidade no Brasil, principalmente após a criação Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tem buscado a convergência com as normas internacionais de contabilidade através do processo de harmonização aos padrões contábeis internacionais sem, no entanto, abrir mão de suas características e de seus preceitos.

## 2.5.2 Órgãos de classe da área contábil

No Brasil, os órgãos de classe da área contábil são: o Conselho Federal de Contabilidade - CFC (uma autarquia federal com sede no Distrito Federal) e os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC distribuídos em todos os estados do país e com sede na capital dos referidos estados, essas instituições foram criados pelo Decreto lei 9295/46. O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACOM (criado em 1971, na época denominado com a sigla IAIB) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC criado pela resolução CFC 1.055/2005

As atribuições do CFC estão contidas no artigo 6º do Decreto Lei nº. 9.295/46 conforme segue:

Art. 6º São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os Regimentos Interno organizados pelos Conselhos Regionais modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) decidir, em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
- e) publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.

Segundo o artigo 2º do Decreto Lei nº. 9.295/46 a fiscalização do exercício profissional será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

As atribuições do CRC estão contidas no artigo 10 do Decreto Lei nº. 9.295/46 conforme segue:

Art. 10 – São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) expedir e registrar a carteira profissional prevista no artigo 17. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 9.710, de 03.09.1946);
- b) examinar reclamações a representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos ao exercício da profissão de contabilista, decidindo a respeito;
- c) fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo as infrações, e bem assim, enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- d) publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade;
- f) representar ao Conselho Federal Contabilidade acerca de novas medidas necessárias, para regularidade do serviço e para fiscalização do exercício das profissões previstas na alínea "b", deste artigo;
- g) admitir a colaboração das entidades de classe nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores

Segundo o artigo 36º do Decreto Lei nº. 9.295/46 compete aos Conselhos Regionais de Contabilidade dirimir quaisquer dúvidas suscitadas acerca das atribuições profissionais de que trata o capítulo IV do referido Decreto Lei, com recurso suspensivo para o Conselho Federal Contabilidade, a quem compete decidir em última instância sobre a matéria.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil contempla em sua representatividade os profissionais auditores, contadores com atuação em todas as áreas e estudantes de Ciências Contábeis, referendando assim, o objetivo de sua criação que era concentrar em único órgão todos esses profissionais.

Segundo o próprio IBRACOM, embora não possua autoridade substantiva para normatizar, a seriedade do trabalho realizado pelo mesmo, reconhecida por órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Banco Central – BC, garante que a produção técnica do Instituto seja referendada e sirva como sustentação para as normas que cada uma destas entidades emite.

Dos órgãos que compõem as entidades de classe da profissão contábil no Brasil, o CPC é o de criação mais recente e conforme artigo 2º da resolução CFC 1.055/2005, é composto pelas seguintes entidades:

Art. 2º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) será composto pelas seguintes entidades:

- a - ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- b - APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- c - BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo;
- d - CFC – Conselho Federal de Contabilidade;
- e - IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- f - FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras.

As atribuições do CPC estão contidas no artigo 4º da resolução CFC 1.055/2005 conforme segue:

Art. 4º É atribuição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos.

§ 1º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) poderá emitir Orientações e Interpretações, além dos Pronunciamentos Técnicos, sendo que todos poderão ser consubstanciados em Norma Brasileira de Contabilidade pelo CFC e em atos normativos pelos órgãos reguladores brasileiros, visando dirimir dúvidas quanto à implementação desses Pronunciamentos Técnicos.

§ 2º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) dará ampla divulgação dos documentos que produzir, tanto na etapa de audiência quanto da emissão dos mesmos.

§ 3º A aprovação dos Pronunciamentos Técnicos, das Orientações e de suas Interpretações dar-se-á, em conformidade com o regulamento interno, mas sempre por, no mínimo, 2/3(dois terços) dos seus membros.

§ 4º Definir suas diretrizes de atuação, sempre em consonância com suas finalidades.

O artigo 3º da resolução CFC 1.055/2005 estabelece o objetivo do CPC:

Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de

produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Após essa breve explanação a cerca dos órgãos da classe contábil no Brasil, percebe-se que com a criação do CPC, o país tem buscado a centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

## **2.6 Contabilidade Ambiental**

Com o rápido crescimento da população, criou-se uma demanda sem precedentes, a que o desenvolvimento tecnológico pretende satisfazer submetendo o meio ambiente a uma agressão que está provocando o declínio cada vez mais acelerado de sua qualidade e de sua capacidade para sustentar a vida.

Com o mundo cada vez mais globalizado e com mudanças constantes a Contabilidade precisa está sempre em processo de inovação na busca de aprimoramento na medida em que as entidades cada vez mais necessitam de informações especializadas. A criação de ramificações como a Contabilidade Ambiental, por exemplo, representam um ganho significativo não só para a ciência contábil mais, principalmente, para as entidades que utilizam seus serviços.

A Contabilidade, nos últimos anos do século que terminou, foi diretamente atingida por modificações de base. O consagrado objeto desta ciência, ou seja, a riqueza das células sociais passou, instintivamente, por uma ampliação indagativa. Rompeu-se a barreira do ambiente interno das empresas e instituições e passou-se a buscar conexões com fatos de maior amplitude. Tal rompimento, todavia, exigiu mudanças de métodos científicos e de óticas de observação para que pudesse, inclusive, utilizar racionalmente os progressos e atender com maior adequação às novas necessidades das empresas e instituições. (SÁ, 2002, p. 48).

Nesse sentido, a Contabilidade Ambiental surge como ramificação da ciência contábil determinada a atingir uma finalidade social pré-disposta pelas empresas, afinal de contas, a sociedade é considerada usuária externa da Contabilidade e o meio ambiente é patrimônio comum a todos. A "Contabilidade Ambiental vem trazer, portanto, um detalhamento maior da Contabilidade Financeira e visa à correta mensuração e evidenciação das informações ambientais em relatórios específicos ou nas próprias demonstrações contábeis". (MARION, COSTA, 2007, p. 22).

Ferreira (2006, p. 59), diz que:

Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização.

Para Sá (2002 apud Tinoco, 2008, p. 171) "muito além de ser uma simples sofisticação, na atualidade a denominada Contabilidade Ambiental é uma evolução necessária que dignifica nossos estudos perante a história do conhecimento".

Tinoco (2008, p.53), a respeito das finalidades da Contabilidade Ambiental, sintetiza:

Existem três razões básicas para uma empresa adotar a Contabilidade Ambiental:

Gestão interna: está relacionada com uma ativa gestão ambiental e seu controle, visando reduzir custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos;

Exigências legais: a crescente exigência legal e normativa pode obrigar os diretores a controlar mais seus riscos ambientais, sob pena de multas e indenizações.

Demanda dos parceiros sociais: a empresa está submetida cada vez mais a pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, administração pública, bancos, investidores etc.

A Gestão Ambiental inclui uma série de atividades que devem ser administradas: formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais, implementar programas de prevenção a poluição, gerir instrumentos de correção de danos causados ao meio ambiente, além de monitorar o programa ambiental da empresa.

No que concerne a Gestão Ambiental, Kraemer (2002) diz que:

Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Santos et. al. (2006) ao falar sobre a gestão ambiental menciona que:

A Gestão Ambiental, igualmente como a Contabilidade Ambiental, através de seus procedimentos auxilia os gestores da organização em suas tomadas de

decisões que tem por fim a redução ou eliminação dos impactos ambientais e, portanto, melhorando a qualidade de vida e sua imagem perante a sociedade.

No tocante às exigências legais, as informações de natureza social e ambiental instituídas pela resolução CFC nº. 1.003/04 entre outras questões estabelece a evidenciação de investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, com a educação ambiental para todo o corpo funcional da entidade, com educação ambiental para comunidade, com outros projetos ambientais; além da existência de processos, multas, passivos e contingências ambientais.

Embora com poucos mecanismos compulsórios e legais, as publicações de relatórios ambientais já evoluíram bastante desde a penúltima década do século passado até os dias atuais. Ribeiro (2006, p. 126) corrobora afirmando que:

Em uma amostra de 200 demonstrações contábeis do final da década de 1980 (exercícios de 1987 e 1988), publicadas em jornais de grande circulação, oito empresas fizeram constar, em seus relatórios, sua atuação ambiental nos dois exercícios, sete entidades somente no primeiro exercício, enquanto no segundo, 14 diferentes empresas passaram a fazer tal nota. Repetindo-se a mesma pesquisa em 2004, com as demonstrações referentes a 2003, observou-se que num total de 3.000 empresas, 119 haviam publicado dados sobre sua interação com o meio ambiente. Ainda que sejam números pequenos, refletem a sua evolução nesta postura.

Com relação aos parceiros sociais, no mercado financeiro, por exemplo, essa postura vem modificando a própria visão do negócio, a exemplo da revisão de critérios para a concessão de crédito que começam a incluir cláusula sobre impactos e riscos sócio-ambientais, além da criação de fundos de investimentos que privilegiam em sua carteira as ações de empresas que evidenciam práticas sócio-ambientais responsáveis. Outro exemplo diz respeito ao financiamento de investimentos com recursos do governo federal que trazem vedações quanto à concessão de crédito a empresas ou instituições que atuem em atividades que degradem o meio ambiente.

Nesse sentido, fica clara a importância da Contabilidade Ambiental para as entidades e abre-se um enorme leque de oportunidades para o desenvolvimento dessas entidades e, por que não dizer, da ciência contábil.

## 2.7 Estrutura da educação no Brasil e o ensino de contabilidade no Brasil.

### 2.7.1 Estrutura da educação no Brasil

“São direitos sociais a educação [...]”, este texto está no caput do artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Mas a quem compete o dever de promover esta educação?

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Artigo 205 da Constituição Federal de 1988)

Mas até que ponto esse direito vem sendo cumprido? Será que todos nós temos tido direito a educação? Essas são apenas algumas das várias perguntas que podemos fazer sobre a educação no Brasil. Preocupado em proporcionar uma educação de qualidade e que atenda não apenas as disposições constitucionais, mas também as demandas sociais o governo federal sancionou a Lei 9.294/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Segundo o artigo 1º da Lei 9.294/96 “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Em seu artigo 3º a Lei 9.294/96 estabelece os princípios para ministrar a educação no Brasil, conforme transcrição abaixo:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;  
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;  
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
VII - valorização do profissional da educação escolar;  
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
IX - garantia de padrão de qualidade;  
X - valorização da experiência extra-escolar;  
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.  
(Artigo 3º da Lei 9.294/96)

No Brasil a educação é organizada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios conforme estabelece o artigo 211 da Constituição Federal transcrito a seguir.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)  
(Artigo 211 da Constituição Federal de 1988)

A educação no Brasil compreende:

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

- I - as instituições de ensino mantidas pela União;
- II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

- I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;
- II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;
- III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos municipais de educação. (Artigos 16, 17 e 18 da Lei 9.294/96)

Com relação à composição dos níveis escolares no Brasil a Lei 9.294/96 estabelece: "Art.

21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior".

Segundo a Lei 9.294/96 "a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional".

(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (Parágrafo único. do artigo 36-A da Lei 9.294/96).

Dessa forma:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (Artigos 36-B e 36-C da Lei 9.294/96)

Já a educação superior tem por finalidade:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (Artigo 43 da Lei 9.294/96)

Em seu artigo 44 a Lei 9.294/96 estabelece a abrangência dos cursos e programas da educação superior, conforme segue:

- Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:
- I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).
  - II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
  - III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
  - IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (Artigo 44 da Lei 9.294/96)

Ainda segundo a Lei 9.294/96 em seu artigo 45 "a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização".

No tocante as universidades, o artigo 52 a Lei 9.294/96 versa sobre o assunto:

- Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
- I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
  - II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
  - III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
- Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Segundo o artigo 207 da Constituição Federal "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

### 2.7.1.1 A educação superior no Brasil em números

Segundo o INEP (2008, apud Rego, 2009) conforme dados registrados pelo senso do INEP no ano de 2006, existem cerca de 2.270 IES no Brasil, percebe-se que 89,07% do total das IES são mantidas por entidades da iniciativa privada (particular ou filantrópica), conforme pode ser observado na Tabela 1.

**Tabela 2 – Número de IES no Brasil em 2006**

REGIÃO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
Norte	18	117	135
Nordeste	63	349	412
Centro-oeste	18	225	243
Sul	40	347	387
Sudeste	109	984	1093
<b>TOTAL</b>	<b>248</b>	<b>2022</b>	<b>2270</b>

Fonte: Rego (2009), extraído do MEC/INEP – 2006.

O INEP (2008, apud Rego, 2009) observou, ainda, que no ano de 2006 existiam 22.101 cursos de nível superior credenciados junto ao MEC e que se encontravam distribuídos entre os vinte e seis estados brasileiros mais o Distrito Federal, sendo a maioria desses cursos de graduação 70,37%, oferecidos por entidades de caráter privado, como pode ser visualizado na Tabela 2.

**Tabela 3 – Número de cursos de nível superior no Brasil no ano de 2006**

REGIÃO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL	%
Norte	961	688	1649	7,46
Nordeste	2258	1686	3944	17,85
Centro-oeste	745	1281	2026	9,17
Sul	1097	3044	4141	18,74
Sudeste	1488	8853	10341	46,79
<b>TOTAL</b>	<b>6549</b>	<b>15552</b>	<b>22101</b>	<b>100</b>
<b>%</b>	<b>29,63</b>	<b>70,37</b>	<b>100</b>	

Fonte: Rego (2009), extraído do MEC/INEP – 2006.

De acordo com Rego (2009), segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2008), instituição vinculada ao MEC e responsável pela realização de estudos, pesquisas e avaliações relativas ao Sistema Educacional Brasileiro (da educação infantil ao ensino superior), o número de IES no Brasil aumentou 2,54 vezes em quinze anos, saindo de um total de 893 no ano de 1991, para 2.270 no ano de 2006. Desse total, observou-se que o número de IES públicas (municipal, estadual e federal) teve um aumento de 11,71% nesse período, enquanto que o número de IES privadas (particular,

comunitária e filantrópica), saltou de 671 IES em 1991, para 2.022 no ano de 2006, o que representa um aumento de 201,34% no número de entidades privadas.

### 2.7.2 O ensino de Contabilidade no Brasil.

Peleias (2006, apud Rego, 2009) ao falar da evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil, afirma que a mesma se iniciou entre o século XIX e a segunda metade do século XX, com a criação das aulas de comércio, passando pela implantação de um instituto voltado ao ensino comercial, e a sua posterior abrangência, que culminou com a criação de cursos profissionalizantes, bem como de entidades educativas voltadas ao ensino superior e a Pós-Graduação do tipo *scripto sensu*.

Segundo Niyama (2007), a Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado (FECAP), em São Paulo, no ano de 1906, foi a primeira escola a ministrar curso de Contabilidade no Brasil, ainda em nível secundário e sob forte influência da escola italiana.

Segundo Laffin (2005, apud Rego, 2009) em 1923, essa mesma escola acrescentou em sua conjuntura o desejo de desenvolver um curso voltado ao ensino superior na área contábil, sendo a entidade pioneira na criação do curso de graduação em Ciências Contábeis no Brasil, no ano de 1949, após a aprovação em 1945 do Decreto-lei nº. 7.988, que dispõe sobre o ensino superior na área contábil no Brasil.

Segundo Iudícibus (2004 apud Rego, 2009), em 1946, foi instalado na FEA/USP o primeiro núcleo de pesquisas em contabilidade do país, que juntamente com as empresas de auditoria que acompanhavam as multinacionais recém chegadas ao Brasil, começaram a traçar o caminho da escola norte-americana.

No entanto, de acordo com Moraes (2005, apud Rego, 2009), a influência da escola norte-americana na metodologia de ensino da contabilidade, que prima pelo ensino didático e o desenvolvimento do raciocínio contábil dos estudantes de graduação para o processo de tomada de decisão, só foi percebida e praticada pelos profissionais que exerciam a atividade acadêmica, a partir do ano de 1960.

O decreto Lei nº 7.938 de 1945 estabeleceu, no Brasil, o ensino da contabilidade em dois níveis: o médio, para formar técnicos de contabilidade, e o superior, para formar Bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais.

Segundo Saudagaran (2004, apud Niyama, 2007), a qualidade da educação na área contábil tem significativo impacto na qualidade e no tipo de informação, bem como no sistema contábil capaz de gerar informações. Para ele países com tradição em matéria de contabilidade a vêem como objeto de curso superior e estimulam os alunos a participarem de programas de mestrado e doutorado e dessa forma fortalecem a atratividade da contabilidade no campo educacional em nível elevado. Por outro lado, em alguns países a contabilidade é frequentemente confundida com escrituração e, muitas vezes, é limitada a curso secundário não sendo disponível em curso superior o que, em termos de ensino, a torna fraca.

Nesse sentido, Niyama (2007, p. 4) diz que em vários aspectos, a afirmação acima parece aplicar-se ao ensino de contabilidade no Brasil, vejamos:

Primeiramente, porque ainda porque ainda convivemos com duas categorias profissionais (contador e técnico em contabilidade), o que é raro, diga-se de passagem, em outros países. Em segundo lugar, porque ainda prevalece o entendimento pela sociedade de que o contador é o responsável pela escrituração, e principalmente pelo Imposto de Renda. Em terceiro lugar, porque os cursos de mestrado e doutorado em contabilidade não chegam a absorver nem 1% dos graduados em contabilidade o que nos leva à conclusão de que o bacharelado é praticamente "o fim" de linha para estudantes de ciências contábeis.

Em consonância com o exposto percebe-se que no Brasil o ensino de contabilidade possui características que abrangem desde o ensino secundário (curso técnico em nível médio) até educação em nível elevado (pós-graduação).

#### 2.7.2.1 Formação em Ciências Contábeis no Brasil

Peleias (2006, apud Rego, 2009), afirma que juntamente com as alterações sofridas na legislação do ensino superior no ano de 1960, percebe-se que há uma maior preocupação com a formação dos discentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, principalmente quanto ao atendimento das expectativas das entidades em absorver profissionais preparados, que detenham todo o conhecimento técnico e científico necessários para a resolução de potenciais situações-problema.

Para Moraes (2005, apud Rego, 2009) as diretrizes dos cursos de graduação são de responsabilidade do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES), que contam com o auxílio de comissões de especialistas de cada área de formação para sua construção. Por sua vez, as referidas diretrizes representam leis de fundamentação teórica, essenciais para cada área de conhecimento e visam servir de modelo, para que os agentes envolvidos no contexto educacional da região possam traçar, de forma adequada, as metas e objetivos dos cursos.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 6, de 10/03/2004 estabeleceu que o currículo mínimo dos cursos de ciências contábeis deve ser de 2.700 (duas mil e setecentas) horas de atividades didáticas, totalizando 180 (cento e oitenta) créditos. No entanto, a Resolução CNE/CES 2, de 18 de junho de 2007 o currículo mínimo dos cursos de ciências contábeis para 3.000 (três mil) horas de atividades didáticas, totalizando 200 (duzentos) créditos,

A *Accounting Educational Change Commission* (AECC), segundo Marion (2001), foi criada nos Estados Unidos com o propósito de atuar como uma entidade responsável pelas mudanças na estrutura dos programas de graduação de contabilidade a nível internacional, no sentido de proporcionar aos discentes uma preparação acadêmica e profissional condizente com o campo de atuação.

Segundo a Resolução CNE/CES nº. 10/2004, no Brasil, os cursos de graduação em contabilidade devem, por sua vez, possibilitar a formação profissional dos discentes obedecendo às determinações do artigo 5º da referida resolução, no que diz respeito à organização curricular e aos conteúdos a serem ministrados junto aos discentes, abrangendo conhecimentos relacionados à formação básica, profissional e teórico-prática, conforme segue:

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de

quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Em consonância com as mudanças e readaptações dos cursos e as perspectivas legislativas nacionais e internacionais verifica-se que após a formação dos discentes em nível de graduação, os egressos têm a oportunidade de realizar cursos que propiciem a educação continuada. Nesse sentido, cursos de Pós-Graduação do tipo "latu sensu" e/ou "scripto sensu" oferecidos por algumas instituições e que são recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tem contribuído para o desenvolvimento do ensino da contabilidade no Brasil.

Atento a esse novo contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução CFC nº 945, de 27 de setembro de 2002, revogada pela Resolução CFC nº 1.146/08, instituiu o programa de Educação Profissional Continuada coordenada pela Comissão de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CEPC - CFC), que visa atualizar e aprimorar os conhecimentos técnicos dos contadores que atuam no mercado de trabalho como auditores independentes e estão devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e cadastrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O programa entrou em vigor a partir do dia 1º de 2003 e, segundo o CFC, até então, tem sido rigorosamente cumprido.

A Comissão de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CEPC - CFC) é coordenada pelo Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC. Integram também essa Comissão os vice-presidentes de Desenvolvimento Profissional dos cinco CRCs que reúnem o maior número de profissionais com registro ativo e cinco membros contadores indicados pelo CFC e IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, incluindo profissionais que atuam na área acadêmica e ou de auditoria independente, aprovados pelo Plenário do CFC.

### 2.7.2.2 O Ensino em Ciências Contábeis no Brasil em números

De acordo com Rego (2009), segundo dados do INEP (2008), o curso de graduação em Ciências Contábeis, encontra-se classificado na área das Ciências Sociais, Negócios e Direito, subárea de Contabilidade e Tributação e que no ano de 2006 formou no Brasil, um total de 28.931 discentes.

Segundo informações extraídas da CAPES (2008), a área das Ciências Contábeis conta com um total de 18 programas de Pós-Graduação, sendo 11 deles relacionados unicamente ao mestrado acadêmico, 4 voltados ao mestrado profissional e 3 programas oferecendo cursos em nível de mestrado e doutorado acadêmicos.

Conforme Peleias (2006, apud Rego, 2009), com o propósito de acompanhar o ritmo de crescimento do número de cursos de graduação oferecidos na área contábil, bem como em atender a demanda social por profissionais preparados para atuarem no meio acadêmico e nos demais campos, o número de programas de Pós-Graduação se modificou. Segundo a CAPES (2008), o número de programas saiu de um total de quatro, no período de 1945 a 1999, entre mestrado e doutorado acadêmicos, para 18 programas no ano de 2008, revelando um aumento de 4,5 vezes em um período de 10 anos, o que em média observa a criação de quatro novos programas a cada 3,5 anos.

Segundo Rego (2009) conforme registros da CAPES (2008), entre os anos de 1978 e 2007, só havia um único curso no Brasil, realizado na USP e que ministrava aulas voltadas aos discentes que buscavam obter o título de doutor em Ciências Contábeis. Nesse sentido merece ser dado destaque em relação ao aumento no número de cursos de Pós-Graduação oferecidos em nível de doutorado, que a partir do ano de 2008, com o apoio da CAPES e o empenho das IES em promover a criação de novos cursos em nível de doutorado, houve a inclusão de mais dois novos cursos, um oferecido pela Universidade de Brasília (UnB), em convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e UFRN, por meio do Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, que conta com dois núcleos, o Núcleo Brasília e o Núcleo Nordeste, e outro pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), que, segundo informações da CAPES (2008), encontra-se até o mês de julho de 2008, em estágio de projeto, aguardando homologação do CNE.

Diante da oferta crescente bem como com o aumento percebido no número de programas de pós-graduação e com o propósito de fortalecer a questão educativa e a pesquisa na área

contábil, os professores e pesquisadores dessa área de conhecimento se uniram e criaram no ano de 2007, a Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), entidade essa que visa proporcionar à classe contábil condições de representatividade junto à comunidade, governo e órgãos de classe, bem como a realização de cursos, palestras e eventos que possam promover condições adequadas para a disseminação do conhecimento e a propagação dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos professores, pesquisadores e alunos da área contábil.

### 2.7.3 O curso de Ciências Contábeis da UFCG

O curso de ciências contábeis da UFCG foi criado em 06 de agosto de 2009 através da resolução nº. 07/2004 da Câmara Superior de Ensino da UFCG em atendimento as deliberações do plenário, em reunião extraordinária, realizada nesta mesma data.

A Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, do Campus de Sousa foi aprovada pela em 06 de agosto de 2009 através da resolução nº. 07/2004-A (alterada pela Resolução Nº 22/2007 e Resolução Nº 16/2009) da Câmara Superior de Ensino da UFCG em atendimento as deliberações do plenário, mediante Processo Nº 23074.020394/04-0, em reunião realizada nesta mesma data. O artigo 3º da referida resolução determina:

**Art. 3º** O currículo do Curso de Graduação em Ciências Contábeis será ministrado pelo sistema de créditos e integralizado de acordo com as seguintes condições:

**I** – duração de 09 (nove) períodos letivos, no mínimo e integralização em, no máximo, 16 (dezesesseis) períodos letivos;

**II** – o aluno deverá matricular-se em, no mínimo, 12 (doze) e, no máximo, 20 (vinte) créditos, por período letivo;

**III** – cumprimento de 2.700 (duas mil e setecentas) horas de atividades didáticas, totalizando 180 (cento e oitenta) créditos, de acordo com a Resolução nº 6, de 10/03/2004 do CNE.

**Parágrafo único.** Aos alunos concluintes do curso, poderá ser dispensada a observância do limite de créditos, desde que respeitados os pré-requisitos.

Em maio de 2006, a Câmara Superior de Ensino da UFCG em atendimento as deliberações do plenário, em reunião realizada no dia 25 de maio de 2006 (Processo Nº 23096.008710/06-65), autorizou a realização de Processo de Transferência Voluntária, em caráter excepcional, aos alunos vinculados ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis, mantida pela Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras.

Considerando a necessidade de adequação à Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Ciências Contábeis e a necessidade de adequação à Resolução CNE/CES 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial bem como a necessidade de adequação aos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre Estágio de Estudantes mediante resolução nº. 16/2009, a Câmara Superior de Ensino da UFCG a vista da deliberação da plenária, adotada em reunião realizada nos dias 16 e 17 de junho de 2009 (Processo Nº 23096.011692/09-87), alterou a Resolução 07/2004-A que em seu artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O currículo do Curso de Graduação em Ciências Contábeis será ministrado pelo sistema de créditos e integralizado de acordo com as seguintes condições:

I – duração de 09 (nove) períodos letivos, no mínimo e integralização em, no máximo, 14 (quatorze) períodos letivo;

II – o aluno deverá matricular-se em, no mínimo, 16 (dezesseis) e, no máximo, 20 (vinte) créditos, por período letivo;

III – cumprimento de 3.000 (três mil) horas de atividades didáticas, totalizando 200 (duzentos) créditos, de acordo com a Resolução CNE/CES 2, de 18 de junho de 2007.

Segundo o Projeto político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Contábeis, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Instituição Federal de Ensino Superior, no desempenho de sua função sócio-educacional de ensino, pesquisa e extensão, têm como objetivo:

Formar profissionais na área de Ciências Contábeis, em condições de intervir de maneira crítica e sustentável em ações que possibilitem modificar e/ou informar à sociedade, Estado e empresas acerca das condições patrimoniais de entidades públicas e privadas, além de:

I. Dotar o formando de competências e habilidades inter e multidisciplinares para que possa atuar com ética, em áreas privadas e públicas em matéria técnico-contábil, articulada com outros ramos do saber, tais como economia, administração, direito e informática.

II. Construir uma identidade cultural no curso de Ciências Contábeis da UFCG/CCJS por meio de princípios éticos, racionais e solidários, observando as diretrizes legais, tais como, Constituição Federal, Título VIII, Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto; LDB (Nº 9.394/96), Capítulo IV, da Educação Superior; Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Parecer CES/CNE Nº 0289/2003 e a Resolução Nº 39/99 da UFPB - ora UFCG, em vigor; Resolução N. 6 de 10 de março de 2004 do Conselho Nacional de Educação e a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

Ainda segundo o Projeto político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Contábeis, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), define-se o perfil do egresso do curso

de Graduação em Ciências Contábeis como sendo um profissional crítico, e, acima de tudo, ético, dotado de conhecimentos inter e multidisciplinares, capacitado a compreender o cenário social, político, econômico e cultural em âmbito nacional e internacional. Dessa forma, o curso, visa viabilizar sua inserção numa sociedade globalizada, com constantes alterações no mundo do trabalho.

O curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, do CCJS formará o bacharel para o exercício profissional desempenhando as funções de Contador, Auditor, *Controller*, Professor, Analista, Contador, Perito Contador, Consultor, Assessor Contábil, dentre outros. Atuará junto às entidades econômico-administrativas de natureza pública, privada, ou entidades de finalidades não-lucrativas tais como organizações não governamentais - ONG's, cooperativas dentre outras.

### 2.7.3.1 O curso de Ciências Contábeis da UFCG em números

Segundo a coordenação curso de Ciências Contábeis da UFCG (2009) de 2007, ano em que houve os primeiros concluintes até agosto de 2009, 82 alunos concluíram o referido curso e obtiveram o grau de Bacharel em Ciências Contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>Tabela 4 – Número de alunos que concluíram o curso de ciências contábeis da UFCG no período de 2007 a 2009.</b>				
<b>2007.2</b>	<b>2008.1</b>	<b>2008.2</b>	<b>2009.1</b>	<b>TOTAL</b>
<b>19</b>	<b>14</b>	<b>34</b>	<b>15</b>	<b>82</b>

Fonte: Coordenação de Ciências Contábeis (2009)

Ainda de acordo com a coordenação supra mencionada, o curso de Ciências Contábeis da UFCG conta atualmente com 408 alunos ativos dos quais 380 encontram-se matriculados no período letivo 2009.2.

### 2.7.3.2 O processo de avaliação do curso de Ciências Contábeis

Segundo o INEP (2008), os processos de ensino aprendizagem promovidos pelos cursos de graduação da Educação Superior eram avaliados por meio do Exame Nacional de Cursos

(ENC), ou denominado "Provão", que foi aplicado junto aos egressos dos cursos de graduação de todo o Brasil durante oito anos, no período de 1996 a 2003, e cuja última edição contou com a participação de mais de 470 mil estudantes, no qual não houve a participação dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFCG em virtude do mesmo só ter sido instituído no ano de 2004.

A partir de 2004 o MEC instituiu O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) em substituição ao Exame Nacional de Cursos (ENC), ou denominado "Provão". Segundo o MEC, o ENADE avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima com que cada área do conhecimento é avaliada é trienal. De acordo com o INEP (2009), mais de um milhão de estudantes participarão das provas do ENADE em 2009, dentre esses 123 alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFCG.

#### 2.7.3.3 A atuação do profissional de Ciências Contábeis no Brasil

Segundo Moraes (2005, apud Rego, 2009), os egressos da área contábil, que tinham o interesse em atuar, deviam, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº. 9.295/1946, obter o registro junto ao órgão de classe até o ano de 1999, e estando o seu registro no CFC condicionado à obtenção de um diploma em nível de graduação, junto a uma IES reconhecida pelo MEC. No entanto, com a instituição do Exame de Suficiência como critério para obtenção do registro junto ao conselho, por meio da edição da Resolução do CFC nº 853/1999, os recém-formados que desejassem atuar, deveriam comprovar, mediante a realização do exame, que detinham de todos os conhecimentos necessários para a atuação profissional.

O Conselho Federal de Contabilidade mediante a resolução CFC nº. 853/99 em seu artigo 2º manifesta: "Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade".

Assinala-se ainda que no exame de suficiência existem duas categorias: contador e técnico de contabilidade, tendo este último, prerrogativas profissionais semelhantes às do primeiro,

com exceção da realização de perícias, auditorias e da responsabilidade contábil em empresas de sociedade anônima. Ainda a Resolução Nº 933 de 2002 altera a Resolução anterior, regulando a frequência com que este é realizado, duas vezes ao ano e a validade do exame que é de dois anos.

No entanto conforme decisão judicial proferida pela 14ª Vara Federal do Distrito Federal e da Justiça Federal de Florianópolis e pelo comunicado do CFC de 31 de agosto de 2006 torna-se extinto o Exame de Suficiência. Diante disso, não se fez mais necessário à aprovação no Exame de Suficiências para a obtenção do registro e conseqüente exercício da profissão, bastando apenas que os egressos interessados obtivessem o diploma de graduação junto a uma IES credenciada ao MEC e que solicitassem o seu registro ao CRC. Porém, com a extinção do referido exame, compreende-se que a classe acabou por perder a oportunidade de cobrar das IES um posicionamento mais eficiente e eficaz sobre a formação auferida aos seus discentes.

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção destina-se a apresentação e análise dos dados coletados durante a realização da pesquisa empírica, obtidos através de questionários aplicados aos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFCG campus de Sousa-PB conforme demonstrados nos procedimentos metodológicos mencionados anteriormente.

A seguir trataremos da análise descritiva dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários.

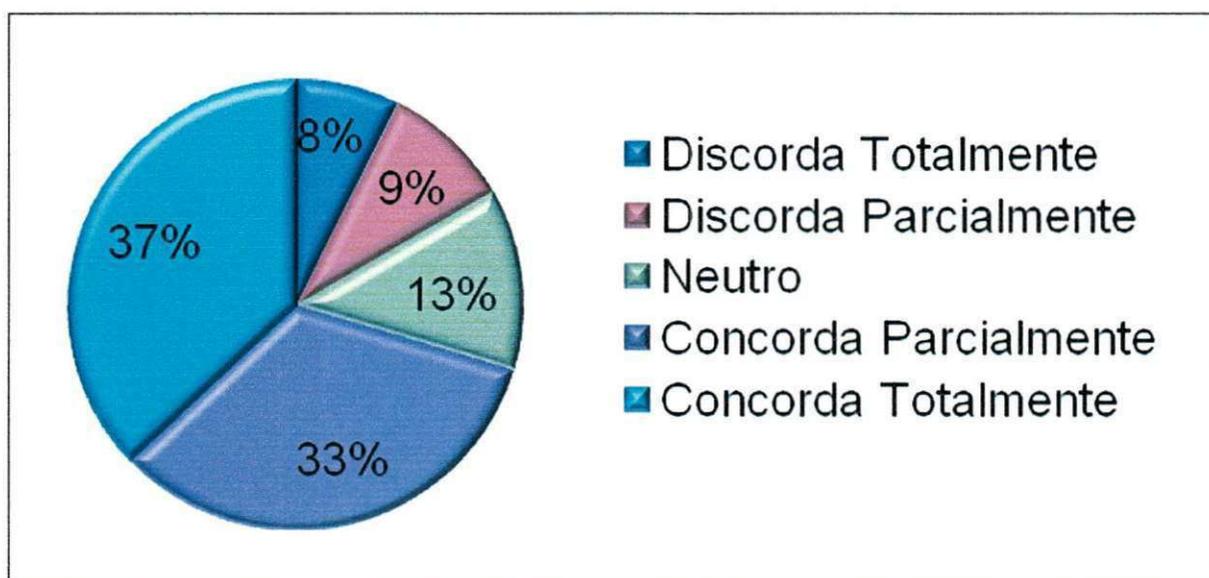


GRÁFICO 1 - As disciplinas da área de Contabilidade Ambiental têm grande importância para mim.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Kraemer (2006), diz que no cenário atual a participação da Contabilidade é de extrema importância, pois vai despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar, em sua gestão empresarial, a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica.

Nesse sentido analisando o gráfico 1 percebe-se que a concentração de respostas esteve entre concorda parcialmente e concorda totalmente (cerca de 70%) demonstrando que as disciplinas dessa área são vistas pelos discentes como componentes curriculares relevantes. Entretanto 22% opinaram entre discorda parcialmente e discorda totalmente e tivemos ainda 13% que se declararam neutros.

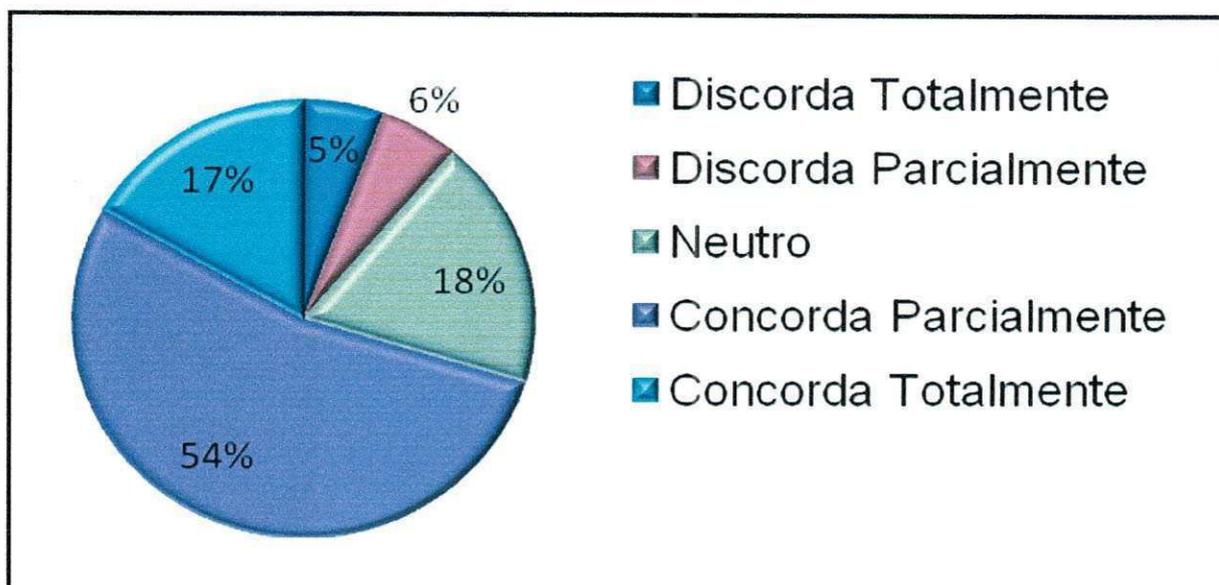


GRÁFICO 2 – As disciplinas da área são muito interessantes.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Nos últimos anos a questão ambiental tem se configurado com uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento e, portanto, passou a ser foco da contabilidade.

Nesse contexto a Contabilidade Ambiental surge como ramificação da ciência contábil determinada a atingir uma finalidade social pré-disposta pelas empresas, afinal de contas, a sociedade é considerada usuária externa da Contabilidade e o meio ambiente é patrimônio comum a todos. A “Contabilidade Ambiental vem trazer, portanto, um detalhamento maior da Contabilidade Financeira e visa à correta mensuração e evidenciação das informações ambientais em relatórios específicos ou nas próprias demonstrações contábeis”. (MARION, COSTA, 2007, p. 22).

Talvez por isso 71% dos alunos considerem as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental muito interessante para sua formação, enquanto que apenas 11% opinaram entre discordar totalmente e parcialmente e um percentual de 18% prefere manter-se neutro em relação à assertiva conforme de no gráfico 2.

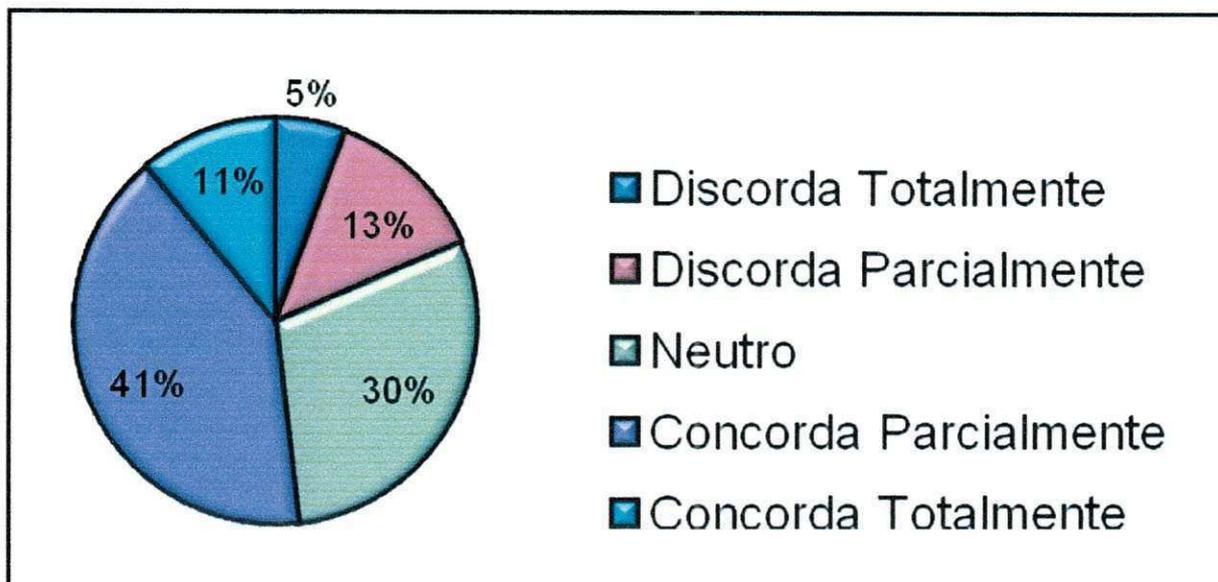


GRÁFICO 3 – Não me incomoda gastar tempo extra para me dedicar às atividades das disciplinas desta área.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Penteado (2005), ao falar sobre educação, atualização e mercado de trabalho comenta que quanto mais conhecimento um profissional acumula, maiores são as chances de uma boa colocação/recolocação no mercado. Para ele “nos próximos três anos a procura por Contabilistas inteirados em gestão ambiental será grande e o profissional que começar a preparar-se terá destaque. Quem começar a estudar hoje, sem pressão, terá tempo para especializar-se”.

Nesse sentido o gráfico 3 nos mostra que 52% dos alunos não se incomodam em gastar tempo extra para se dedicar às atividades das disciplinas da área de Contabilidade Ambiental. Dessa forma verifica-se que a opinião dos alunos está em consonância com o mencionado por Penteado, contudo a que se ressaltar que um percentual de 30% preferem manter-se neutros e 18% opinaram entre discordar totalmente e parcialmente a esse respeito.

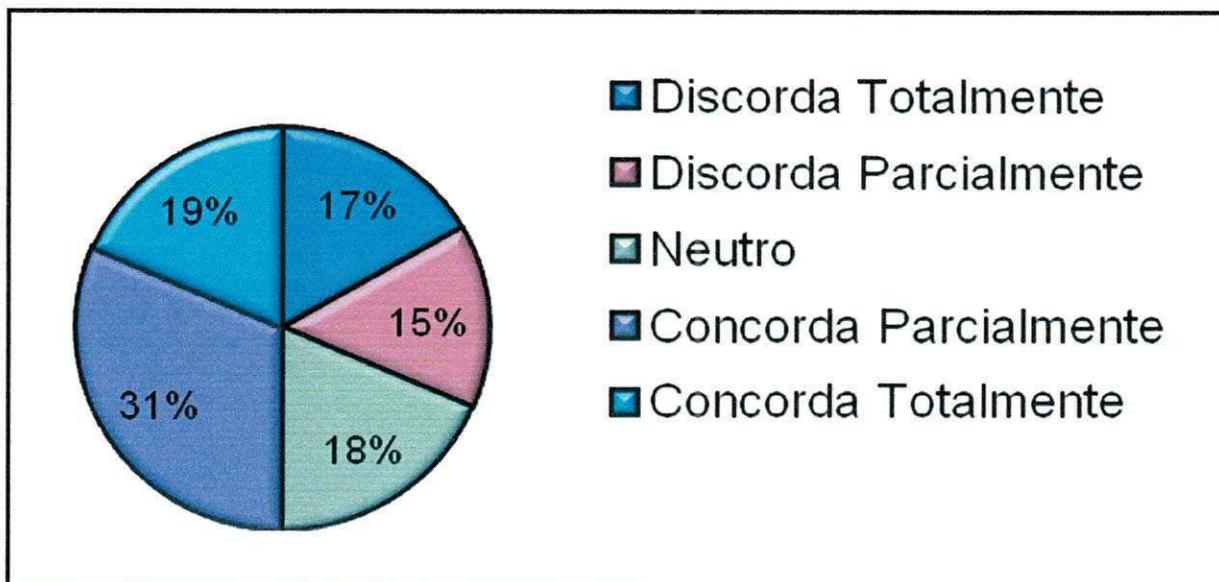


GRÁFICO 4 – Eu cursaria as disciplinas desta área, mesmo que não fossem obrigatórias.  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Nos últimos anos a questão ambiental tem crescido em importância para sociedade que passou a exigir cada vez mais das organizações providências no sentido de minimizar os impactos causados por elas ao meio ambiente. Nesse novo cenário, conforme comenta Sá (2000, apud Kraemer 2006), o Contador precisa comparecer com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta, prosperidade das sociedades e valorização do homem.

As universidades, através de disciplinas voltadas a esta área, tem buscado contribuir positivamente com essa questão. Nesse contexto o gráfico 4 demonstra que 50% dos alunos concordam que cursariam as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental mesmo que não fossem obrigatórias, enquanto que 32% opinaram entre discordar parcialmente ou totalmente da assertiva. Se somarmos a esses 32% os 18% que preferem a neutralidade temos um número significativo de 50% mesmo percentual dos que concordam.

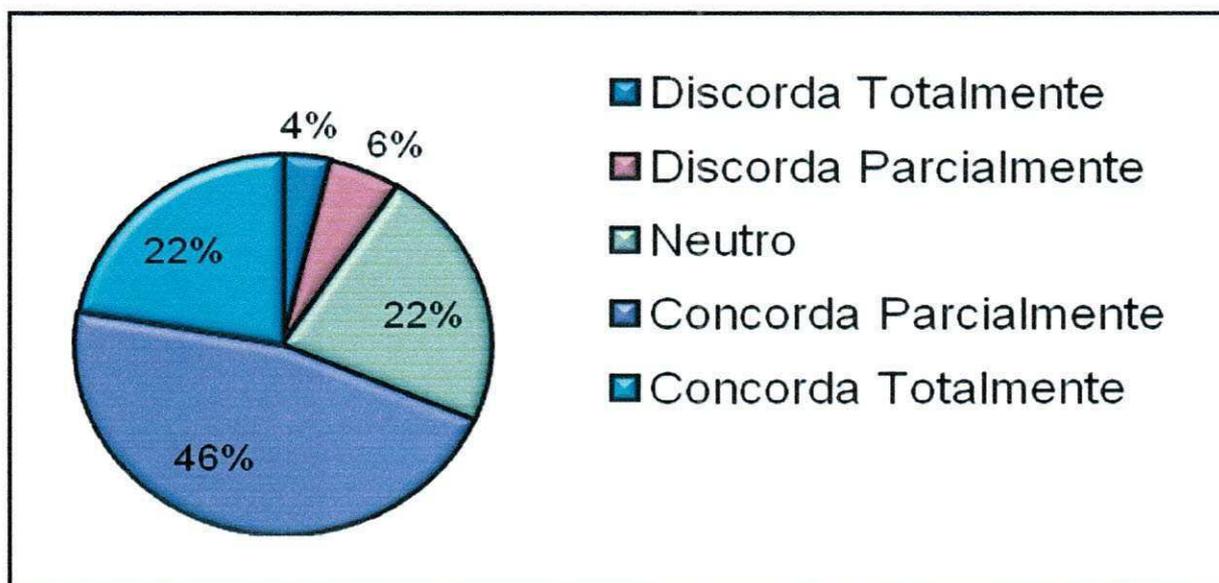


GRÁFICO 5 - A disciplina desta área desenvolve uma estratégia de gestão ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Segundo Kraemer (2006), as organizações precisam incorporar no seu planejamento estratégico e operacional um adequado programa de gestão ambiental, compatibilizando os objetivos ambientais com os demais objetivos da organização para que possam equacionar seu envolvimento com a questão ambiental.

De acordo com Donaire (1999), esses programas de gestão ambiental estabelecem atividades a serem desenvolvidas, a seqüência entre elas, bem como quem são os responsáveis pela sua execução. Nesse sentido devem possuir dinamismo e flexibilidade suficientes para se adaptar a mudanças que podem ocorrer tanto no seu ambiente imediato quanto no seu ambiente. Para ele, esses programas normalmente devem abranger os aspectos ambientais mais importantes e buscar uma melhoria contínua, ampliando seu escopo de atuação com o passar do tempo.

Nesse sentido, analisando o gráfico 5 percebe-se que 68% dos alunos consideram que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental desenvolvem uma estratégia de gestão ambiental o que demonstra que há consonância entre a teoria demonstrada pelos autores supra mencionados e prática vivenciada pelos discentes no decorrer da disciplina. Contudo a que se mencionar que 22% mantiveram-se neutros e 10% discordaram da assertiva.

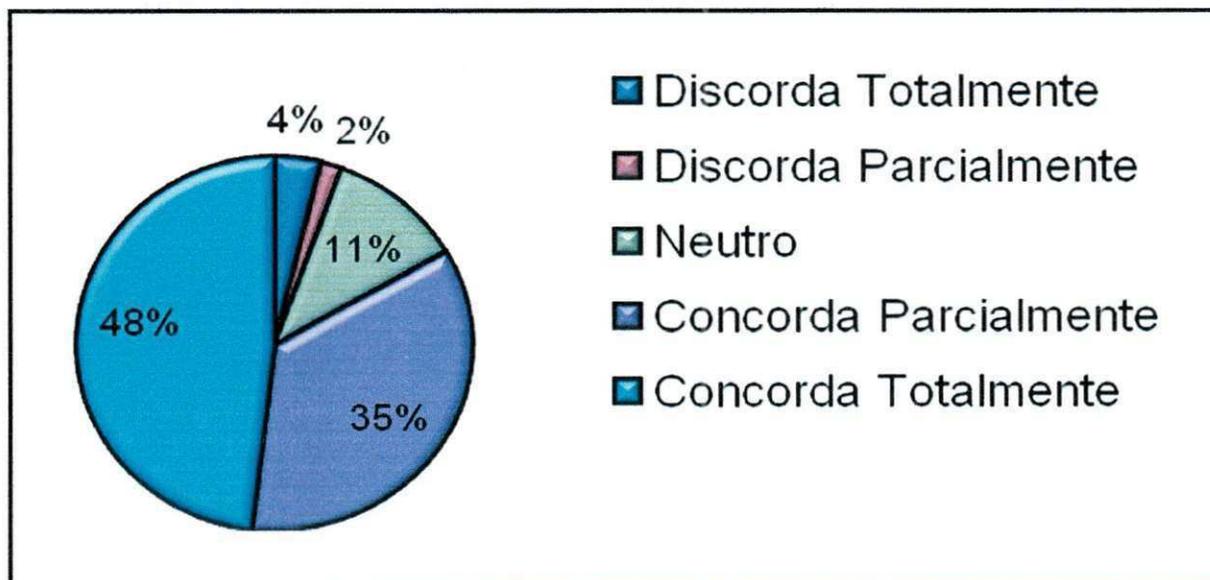


GRÁFICO 6 - As disciplinas da área destacam aspectos importantes relacionados ao meio ambiente.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Segundo Teixeira (2000), a Contabilidade do Meio Ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral, porque a disponibilidade ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo.

Conforme Queiroz (2000, apud Kraemer 2006), a Contabilidade se configura como o melhor mecanismo de gestão disponível ao empresariado, cujos resultados apurados podem ser tornados visíveis à sociedade, com relativa facilidade, mediante a apresentação de balanços mais complexos, que incluam, em seu corpo, as respostas aos questionamentos sociais

Analisando o gráfico 6 percebe-se que 83% dos alunos consideram que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental destacam aspectos importantes relacionados ao meio ambiente. Diante do exposto percebe-se uma relação entre a percepção dos alunos e o entendimento dos autores a cerca do destaque da disciplina no tocante aos aspectos do meio ambiente.

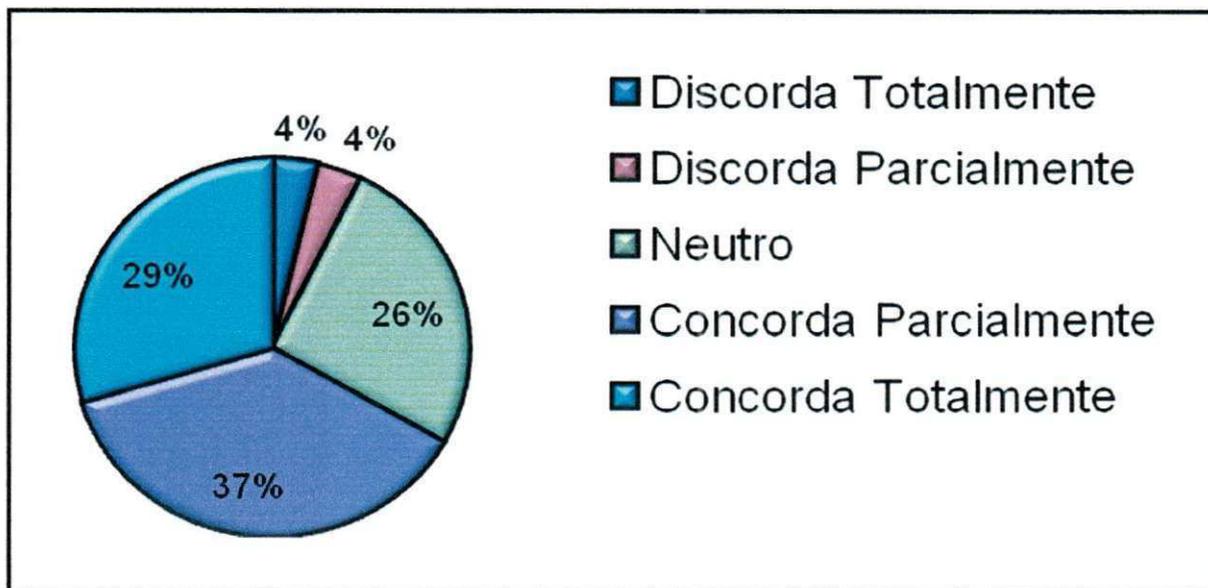


GRÁFICO 7 - A disciplina trabalha aspectos relacionados à medição de desempenho das instituições no tocante a área ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

De acordo com Sá (2000, apud Kraemer 2006), a Contabilidade deve estar aberta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno, estar presente na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza da empresa com eficácia e também satisfazer com eficácia as necessidades do meio ambiente natural.

Segundo Kraemer (2006), através do enfoque dado a questão ambiental a sociedade tem cobrado das empresas uma maior atenção com o meio ambiente bem como esclarecer o nível dos esforços que vem desenvolvendo com vistas ao atingir tais objetivos. Logo, a empresa precisa se adaptar aos parâmetros exigidos para não agredir ao meio ambiente e, por meio do reconhecimento e divulgação do seu passivo ambiental e da evidenciação dos ativos ambientais e dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental,

Nesse sentido, analisando o gráfico 7 percebe-se que 66% dos alunos concordam que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental trabalham aspectos relacionados à medição de desempenho das instituições no tocante a área ambiental. Um percentual de 26% prefere manter-se neutro e apenas 8% opinaram entre discordar totalmente e parcialmente da assertiva.

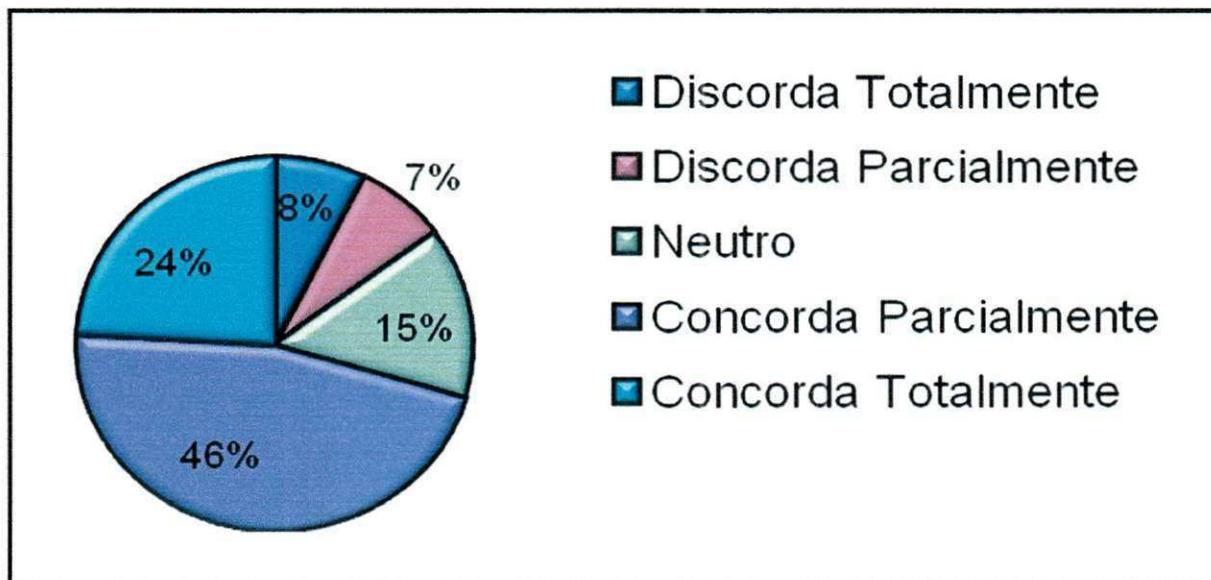


GRÁFICO 8 - A disciplina ajuda a planejar e implantar ações de gestão e controle ambiental.  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Segundo Kraemer (2006), através da gestão ambiental a empresa terá oportunidades de adicionar valor e, possivelmente, obter vantagem competitiva por meio da percepção pública, economia de custos ou rendimentos adicionais, à medida que minimiza os efeitos de seus produtos e processos produtivos no ambiente.

Dessa forma, a gestão ambiental começa a ser encarada como um assunto estratégico dentro das organizações e isso tem se tornado um fator importante de competitividade. Nesse sentido é papel da contabilidade ajudar a planejar e implantar ações de gestão e controle ambiental que auxiliem as organizações.

Analisando o gráfico 8 percebe-se que 70% dos alunos consideram que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental ajudam a planejar e implantar ações de gestão e controle ambiental, 15% consideram que elas não atingem essa finalidade e outros 15% mantiveram-se neutros.

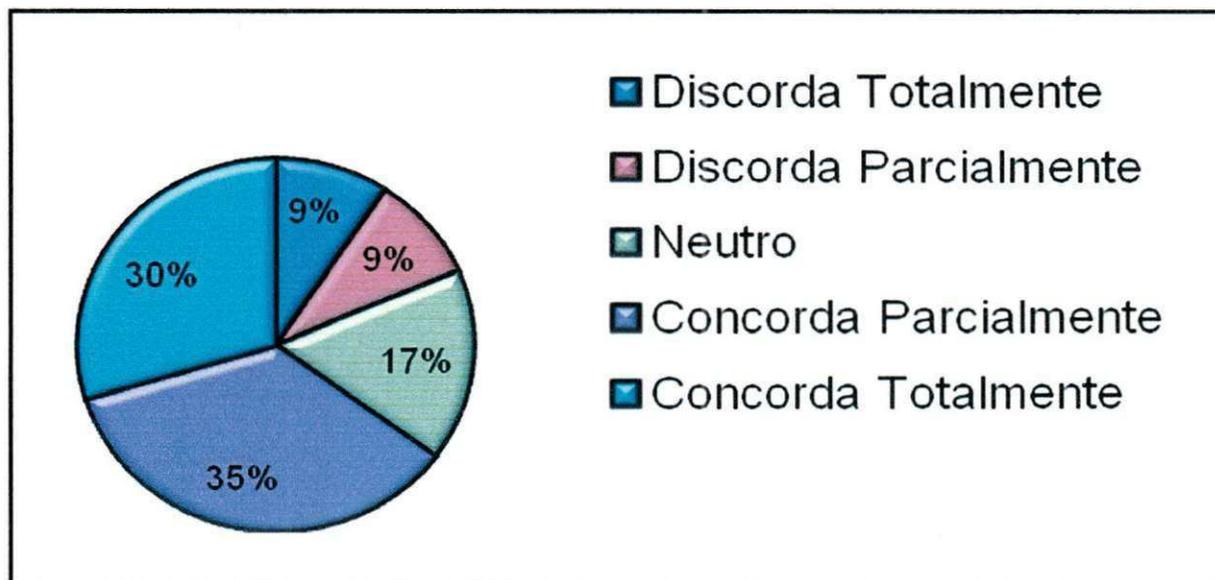


GRÁFICO 9 - A disciplina estimula o planejamento e implementação de melhorias relacionadas ao desempenho e transparência para as instituições  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Estabelecendo um paralelo com o gráfico 8 verifica-se que a concepção de gestão ambiental provocou, segundo Kraemer (2006), uma mudança no comportamento das empresas em relação ao meio ambiente, fazendo aumentar os investimentos em gestão ambiental nos últimos anos. Conseqüentemente, a contabilidade deve estar presente nesse cenário de modo a contribuir com o planejamento e implementação de melhorias relacionadas ao desempenho e transparência para as instituições no que concerne a questão ambiental. .

Analisando o gráfico 9 percebe-se que 65% dos alunos concordam que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental estimulam as instituições a atingirem esse objetivo, 18% discordam total ou parcialmente e 17% declararam-se neutros a esse respeito. Contudo se faz necessário ressaltar que as afirmações dos discentes são restritas ao fato de que a disciplina contempla ações nesse sentido, de modo que não há como afirmar se existe aplicabilidade prática e como ela ocorre.

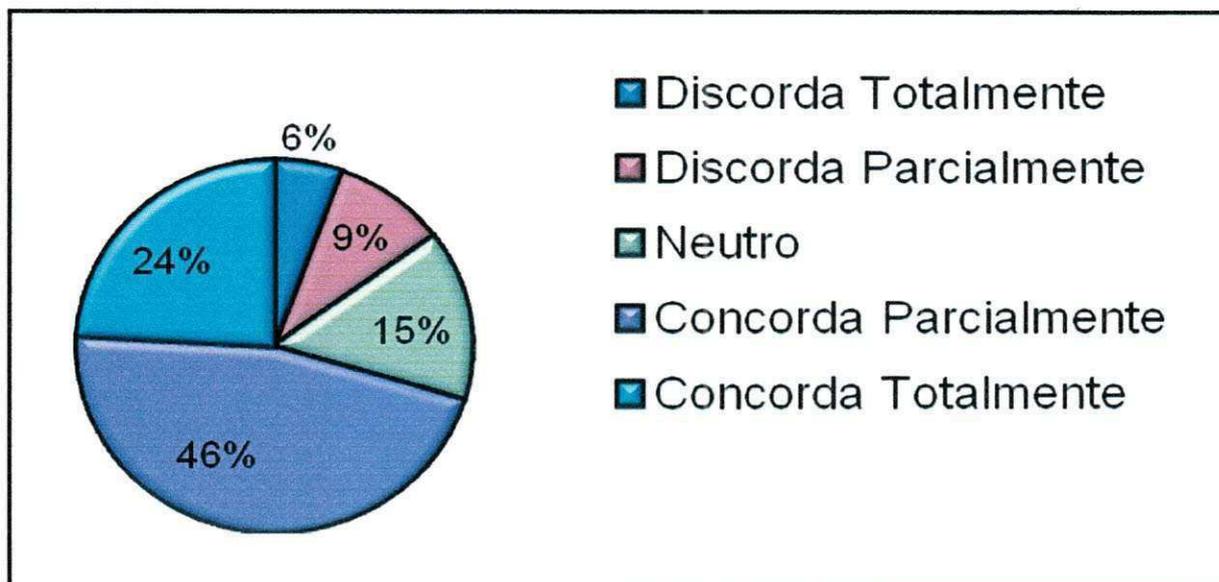


GRÁFICO 10 - A disciplina articula as atividades de gestão ambiental com outras atividades funcionais (Sociedade, Administração, Recursos Humanos etc)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Kraemer (2006) menciona que diante da atual situação em que se encontra o planeta, a sociedade como um todo acaba por sofrer as conseqüências de um problema nascido de sua relação com o meio ambiente. Os grandes problemas que emergem da relação da sociedade com o meio ambiente são densos, complexos e altamente inter-relacionados e, portanto, para serem entendidos e compreendidos nas proximidades de sua totalidade, precisam ser observados numa ótica mais ampla. Ainda segundo a autora o comprometimento hoje exigido às empresas com a preservação ambiental obriga mudanças profundas na sua filosofia, com implicações diretas nos valores empresariais, estratégias, objetivos, produtos e programas.

Analisando o gráfico 10 percebe-se que mais 70% dos alunos consideram que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental articulam as atividades de gestão ambiental com outras atividades funcionais (Sociedade, Administração, Recursos Humanos etc). Cerca de 30% das respostas esteve entre neutro, discorda parcialmente e totalmente.

Nesse sentido, Kraemer (2006), corrobora com o que foi vislumbrado no gráfico 10 ao dizer que a complexidade da atividade de certas empresas muitas vezes é fator que dificulta o tratamento a ser dado no registro e na divulgação de, principalmente, os chamados passivos ambientais. Este assunto envolve julgamento e conhecimento específico, daí a necessidade de envolver não somente a classe contábil e a diretoria da empresa, mas também engenheiros, advogados, administradores, etc.

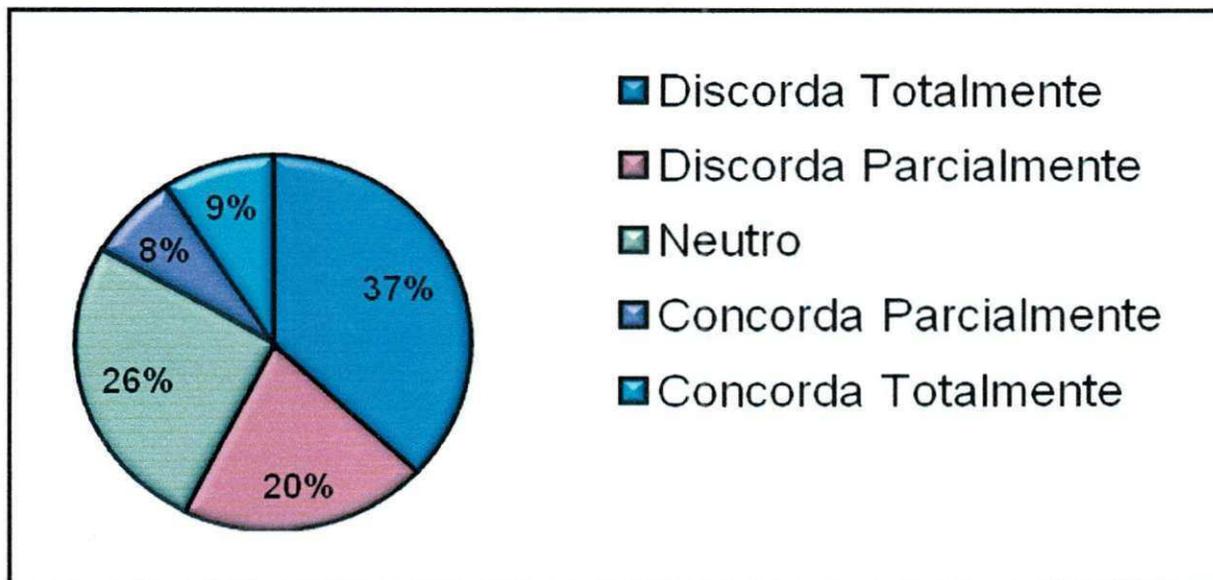


GRÁFICO 11 - A carreira nesta área é uma boa opção para mim.  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Analisando o gráfico 11 percebe-se que 57% dos alunos não consideram a carreira na área de Contabilidade Ambiental como uma boa opção de trabalho. Veja que além dos 57% têm-se que 26% dos entrevistados ainda opinaram que estão neutro em relação a importância dessa área de atuação e apenas 17% opinaram entre concordar totalmente e parcialmente.

Correlacionando o gráfico 11 com o gráfico 1 analisado anteriormente e que demonstrou que 70% consideraram as disciplinas da área de contabilidade ambiental importante para eles, entende-se que para a maioria apenas as disciplinas são importantes e não a carreira.

No entanto a que se mencionar que os dados demonstrados nos gráficos supra mencionados referem-se apenas a duas turmas em um único período letivo e sendo assim, fatores como o conteúdo da disciplina, o professor ministrante, bem como o pouco conhecimento a cerca do mercado de trabalho nesta área e, até mesmo a sensação comum aos seres humanos de terem receio ao novo, que é o caso da carreira nesta área, podem ter influenciado esses resultados.

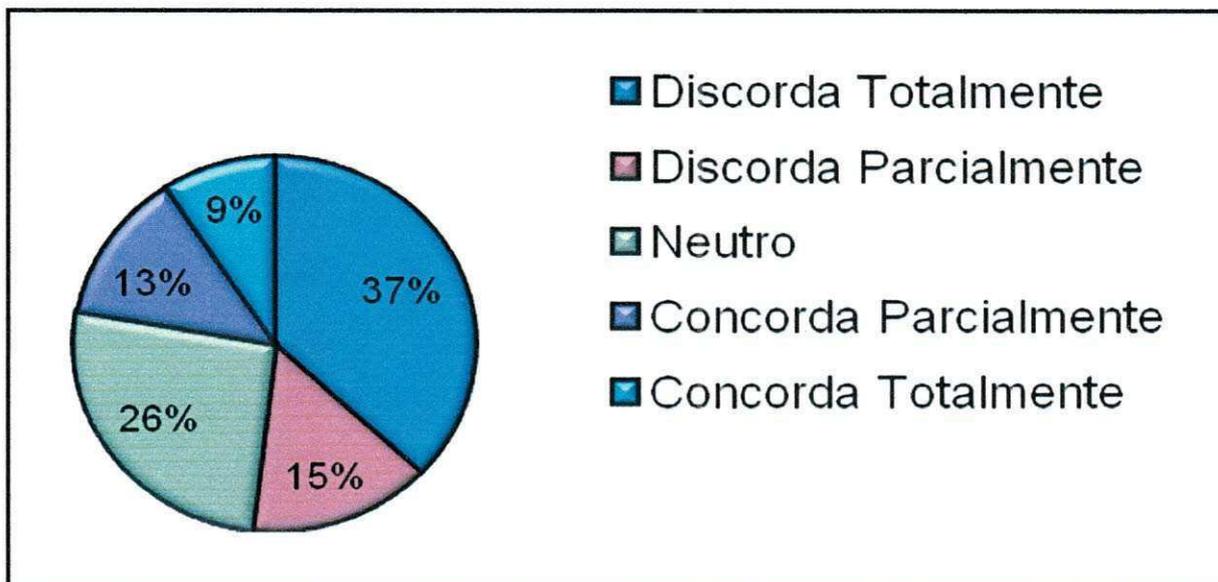


GRÁFICO 12 - A carreira na área Ambiental para mim é desejável.  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Segundo Kraemer (2006), as empresas querem economizar e, a partir do momento que tiver um responsável para contabilizar custos e benefícios de matéria-prima, ela estará economizando. “Várias empresas, como indústrias de cimento, usinas de asfalto, e muitas outras, já têm um profissional trabalhando com Contabilidade Ambiental. É uma tendência com grandes previsões de crescimento” menciona a autora.

No entanto analisando o gráfico 12 percebe-se que 52% dos alunos não desejam seguir carreira na área de Contabilidade Ambiental. Tal constatação demonstra que “agora, o desafio para a contabilidade está na mudança de paradigma, para um modelo contábil ambiental, uma contabilidade integrada e competitiva que compreenda movimentos econômicos, movimentos operativos e movimentos ambientais” conforme menciona Kraemer (2006). Correlacionando os gráficos 12 e 11 observa-se que há uma sintonia nas respostas acerca de não terem interesse pela carreira nesta área apesar de acharem as disciplinas desta área interessante e as considerarem importantes conforme demonstrado nos gráficos 1 e 2 analisados anteriormente.

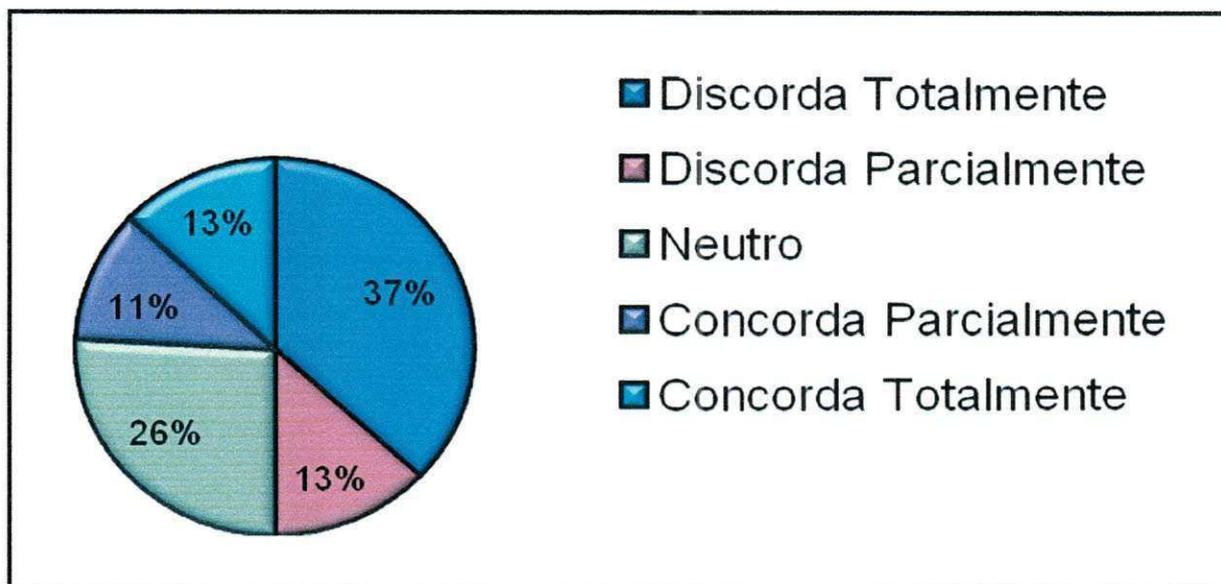


GRÁFICO 13 - Uma carreira nesta área desperta bastante o meu interesse.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Analisando o gráfico 13 percebe-se que apenas 24% dos alunos consideram que a carreira na área de Contabilidade Ambiental desperta bastante o seu interesse. Entretanto, conforme demonstrado no gráfico 2 analisado anteriormente, 71% dos alunos consideram as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental muito interessantes para o seu desenvolvimento. Correlacionando os dois gráficos, observa-se que 47% dos alunos têm interesse apenas nas disciplinas da área e não pela carreira.

Algumas ponderações podem justificar a contradição existente entre os dois gráficos mencionados anteriormente. O fato da carreira nesta área ser algo recente, a incerteza quanto a empregabilidade, embora comente-se ser promissora, a própria falta de capacitação são alguns dos exemplos que podem estar atrelados aos resultados dos respectivos gráficos. Entretanto, se faz necessário a realização de outros estudos que possam dar mais clareza a essas ponderações de modo a torná-las afirmações ou não.

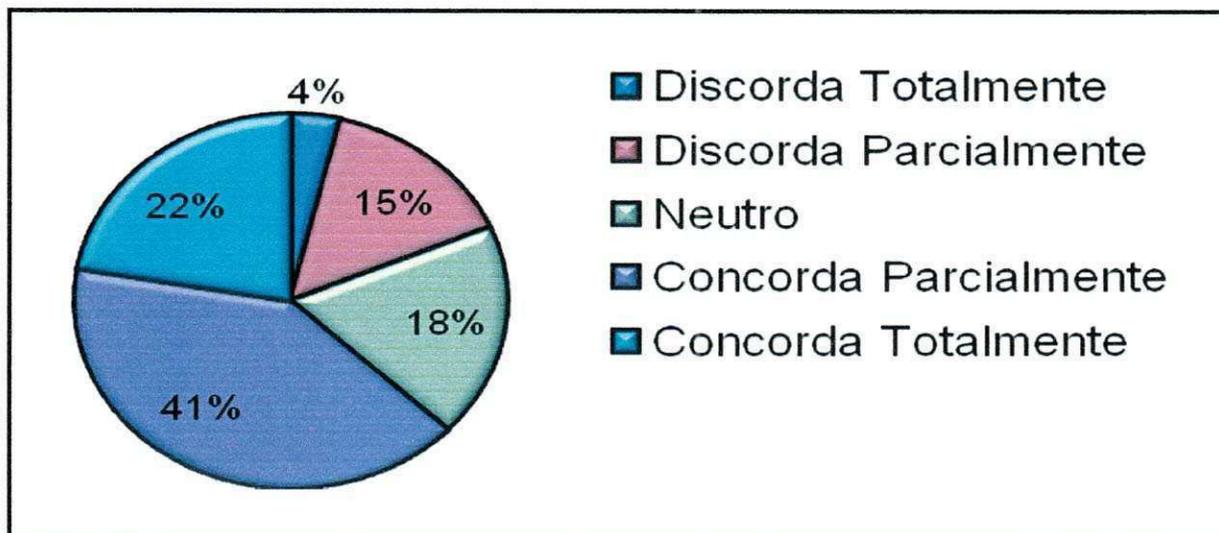


GRÁFICO 14 - A aprendizagem gerada na área desenvolve nos estudantes o pensamento crítico e científico

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Analisando o gráfico 14 percebe-se que 63% dos alunos concordam que a aprendizagem gerada na área de Contabilidade Ambiental desenvolve nos estudantes o pensamento crítico e científico. Dessa forma observa-se, segundo a opinião da maioria dos alunos, a consonância entre os dados demonstrados no gráfico 14 e o Projeto político Pedagógico (PPP) que define o perfil do egresso do curso de Graduação em Ciências Contábeis como sendo um profissional crítico, e, acima de tudo, ético, dotado de conhecimentos inter e multidisciplinares, capacitado a compreender o cenário social, político, econômico e cultural em âmbito nacional e internacional. Entretanto, 19% discordam totalmente ou parcialmente da assertiva e outros 18% preferem a neutralidade.

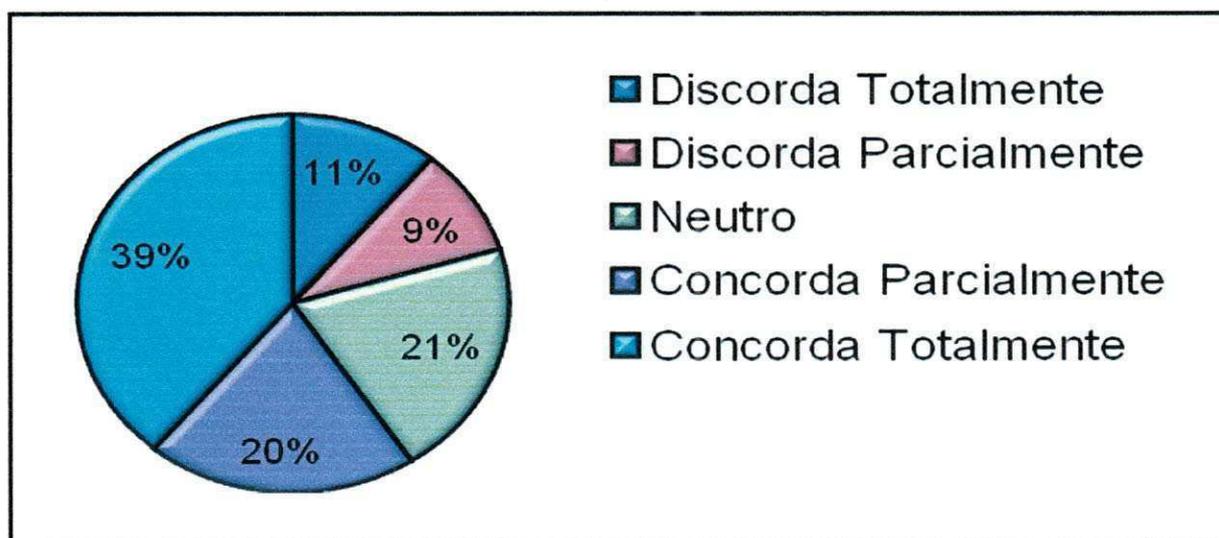


GRÁFICO 15 - Entendo que todos devem cursar as disciplinas desta área.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Analisando o gráfico 15 percebe-se que 59% dos alunos consideram que todos devem cursar as disciplinas área de Contabilidade Ambiental. 21% demonstraram-se neutros e 20% opinaram entre discordar totalmente ou parcialmente da assertiva.

Nesse sentido, correlacionando o gráfico 15 com os gráficos 1 e 2 analisados anteriormente nota-se que há uma consonância no que se refere ao grau de concordância observada. Contudo, observa-se que não há sintonia entre as respostas quando a correlação é feita entre as disciplinas e a carreira conforme demonstrado através do paralelo entre o gráfico 15 e os gráficos 11 e 12 expostos nessa pesquisa.

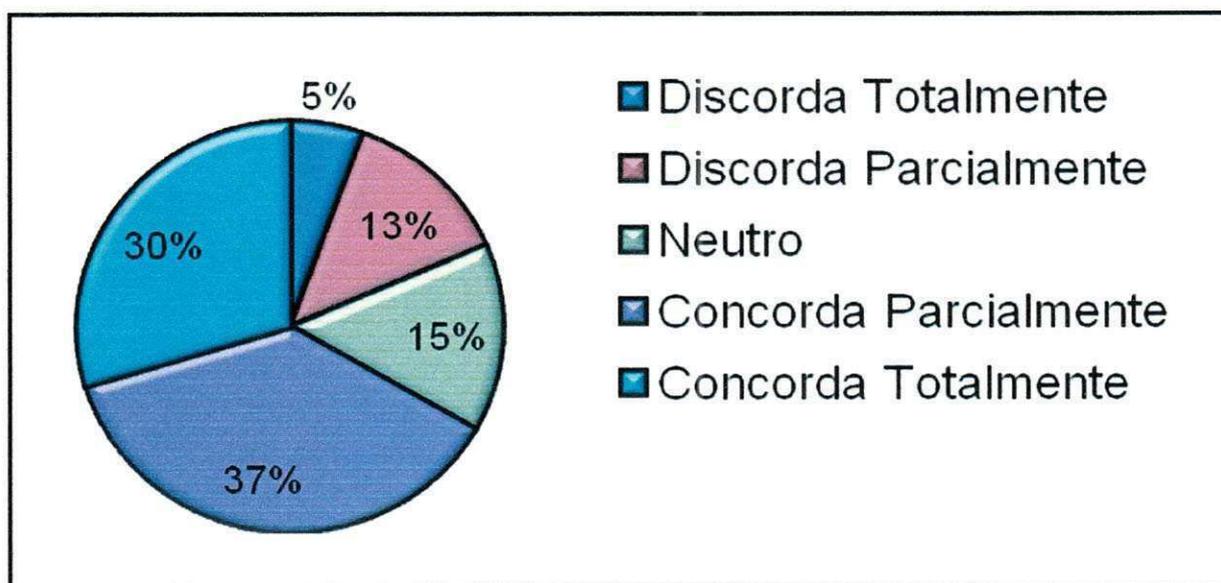


GRÁFICO 16 - A sociedade espera que minha instituição de ensino incentive a formação de seus alunos para esta área  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

De acordo com Kraemer (2006), os assuntos ambientais estão crescendo em importância para a comunidade de negócios em termos de responsabilidade social, do consumidor, desenvolvimento de produtos, passivos legais e considerações contábeis. O mercado não mais aceita o descaso no tratamento dos recursos naturais. Os consumidores estão interessados em produtos limpos.

Segundo Almeida (2002) a idéia é de integração e interação, propondo uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos.

O profissional contábil também contribui, despertando a classe empresarial a criar modelos de gestão ambiental adequados, para não somente enquadrarem-se a legislação vigente, mas por uma conscientização ambiental e responsabilidade social, tornando suas empresas mais competitivas. Analisando o gráfico 16 percebe-se que 67% dos alunos concordam que a sociedade espera que a instituição de ensino incentive a formação de seus alunos para esta área de modo a formar profissionais que possam suprir as necessidades das empresas. 18% discordam totalmente ou parcialmente da assertiva e outros 15% preferem a neutralidade.

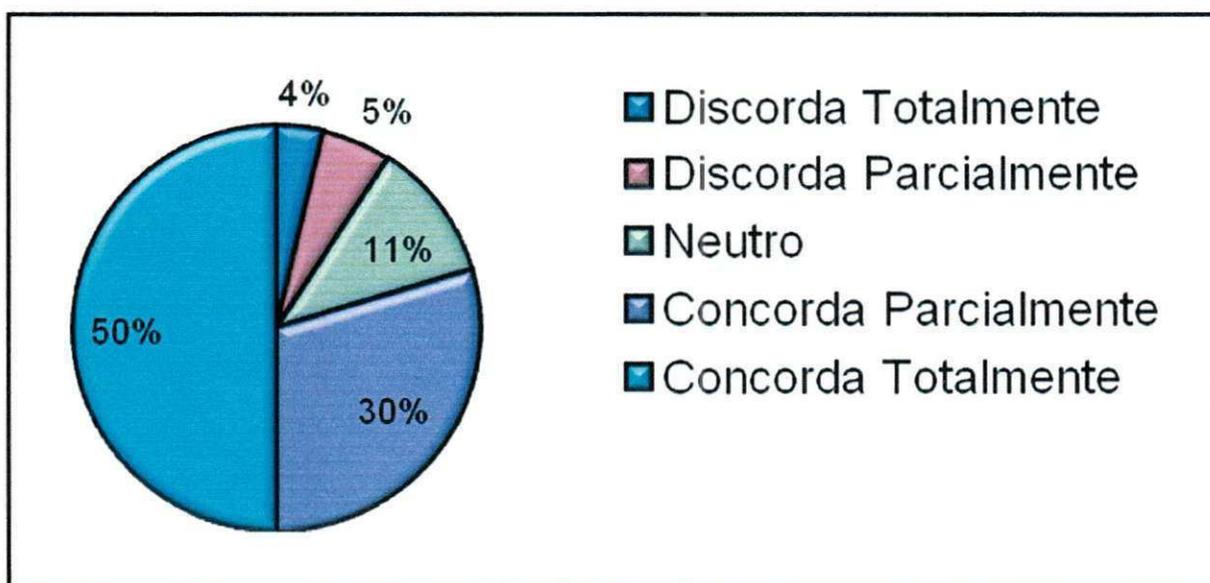


GRÁFICO 17 - O que aprendo nas disciplinas desta área será importante para minha formação como cidadão com responsabilidade sócio-ambiental  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Para Santos et al. (2006), as organizações, através de suas atividades de exploração dos recursos naturais, principalmente com o desenvolvimento da tecnologia, estão comprometendo o padrão de vida da sociedade, causando diversos malefícios a população devido aos impactos no meio ambiente. Manter o grau de necessidades e desejos da população permitindo que os recursos naturais estejam disponíveis para gerações futuras é um dilema que as organizações estão enfrentando nos últimos anos.

Analisando o gráfico 17 percebe-se que 80% dos alunos concordam que o aprendizado nas disciplinas da área de Contabilidade Ambiental será importante para sua formação como cidadão com responsabilidade sócio-ambiental. Nesse sentido Santos et al. (2006), destaca que "atualmente os profissionais da classe contábil estão preocupados com a preservação do meio ambiente, estando atentos à questão da responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável".

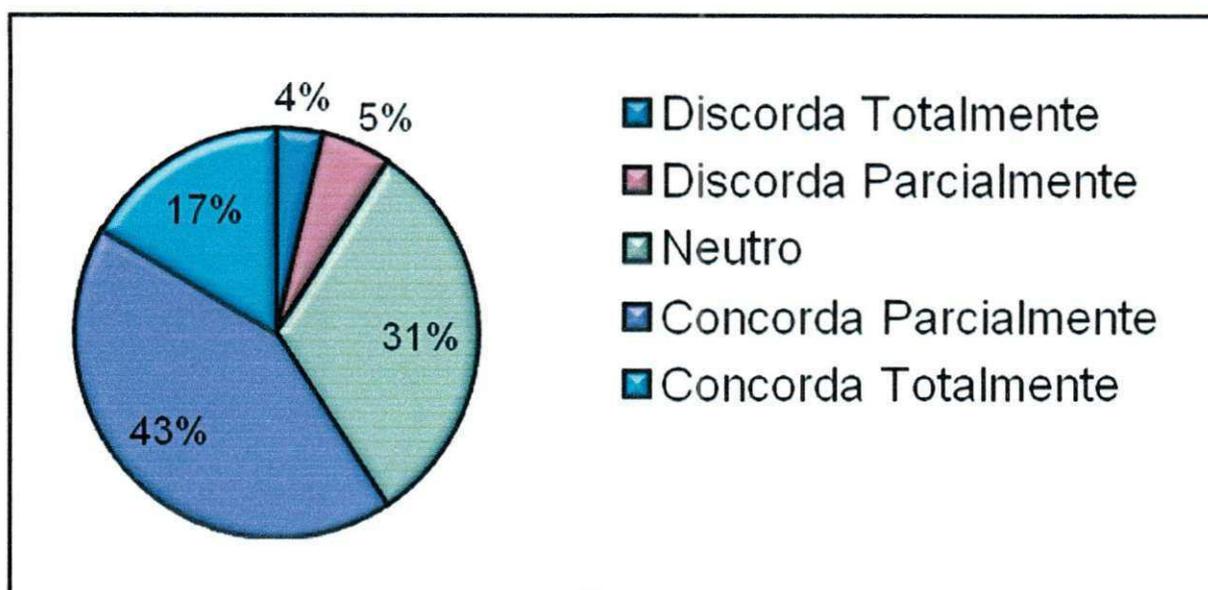


GRÁFICO 18 - O aprendizado das disciplinas desta área pode ser considerado de grande relevância para minha formação profissional e pessoal.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Conforme menciona Santos et al (2006), devido à relevância das questões ambientais, cujo objetivo principal é apresentar as contribuições que a contabilidade ambiental juntamente com o processo de gestão ambiental proporcionará para a empresa, dando ênfase na demonstração de seus custos ambientais, analisando o processo de gestão da empresa e, por fim, mostrar os benefícios da contabilidade ambiental a ela e a sociedade.

Nesse sentido Kraemer (2006), destaca:

Os contadores têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar as empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

Analisando o gráfico 18 percebe-se que 60% dos alunos concordam que o aprendizado nas disciplinas da área de Contabilidade Ambiental pode ser considerado de grande relevância para sua formação profissional e pessoal. Contudo, somando-se 31% que se consideram neutros e 9% que discordam parcialmente ou totalmente observa-se que 40% dos discentes não enxergam nessas disciplinas relevância para sua formação profissional e pessoal.

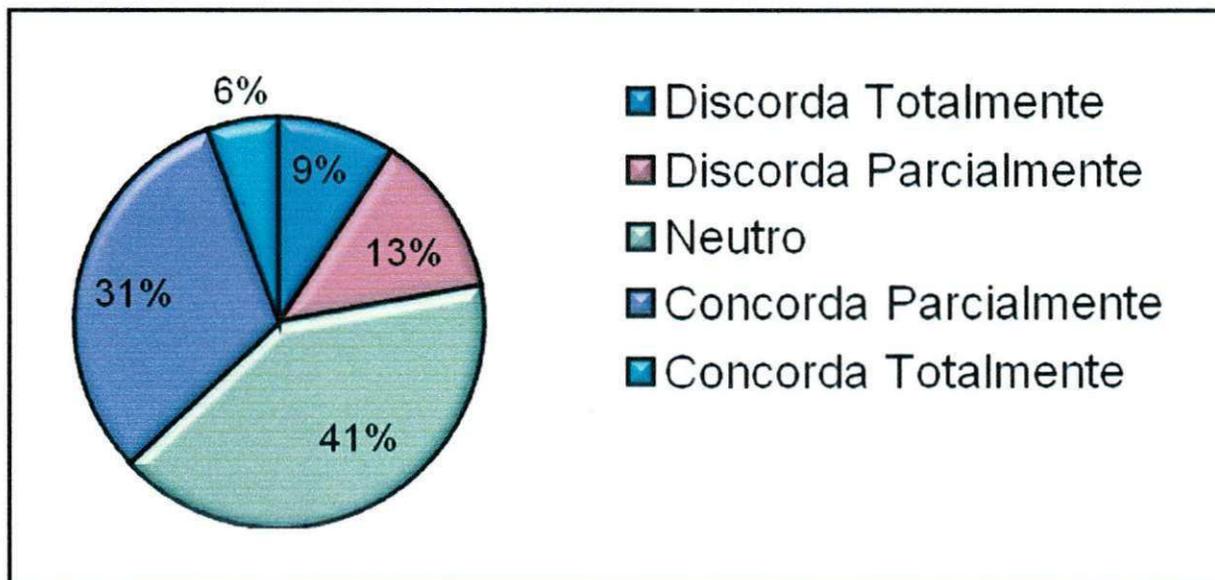


GRÁFICO 19 - As disciplinas da área conduzem os estudantes a aliar teoria e prática.  
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Embora 37% dos discentes tenham opinado entre concordar parcialmente e totalmente com a assertiva, analisando o gráfico 19 observa-se que 41% dos alunos são indiferentes ao fato das disciplinas da área de Contabilidade Ambiental conduzir os estudantes a aliar teoria e prática. Se formos considerar que 22% discordam da afirmação percebemos que para a maioria dos discentes a disciplina não tem atendido ao inciso III do artigo 5º da Resolução CNE/CES n.º. 10/2004 que diz respeito à organização curricular e aos conteúdos a serem ministrados junto aos discentes, e que devem abranger:

[...]

[...]

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Estabelecendo um paralelo com os gráficos 5 e 7 analisados anteriormente e que tratam respectivamente do desenvolvimento de estratégia ambiental e medição de desempenho das instituições nesta área e onde a maioria dos discentes opinaram entre concordar parcialmente e totalmente entende-se que isso é demonstrado apenas na teoria já que quando se trata de unir teoria e prática não observa-se esta concordância.

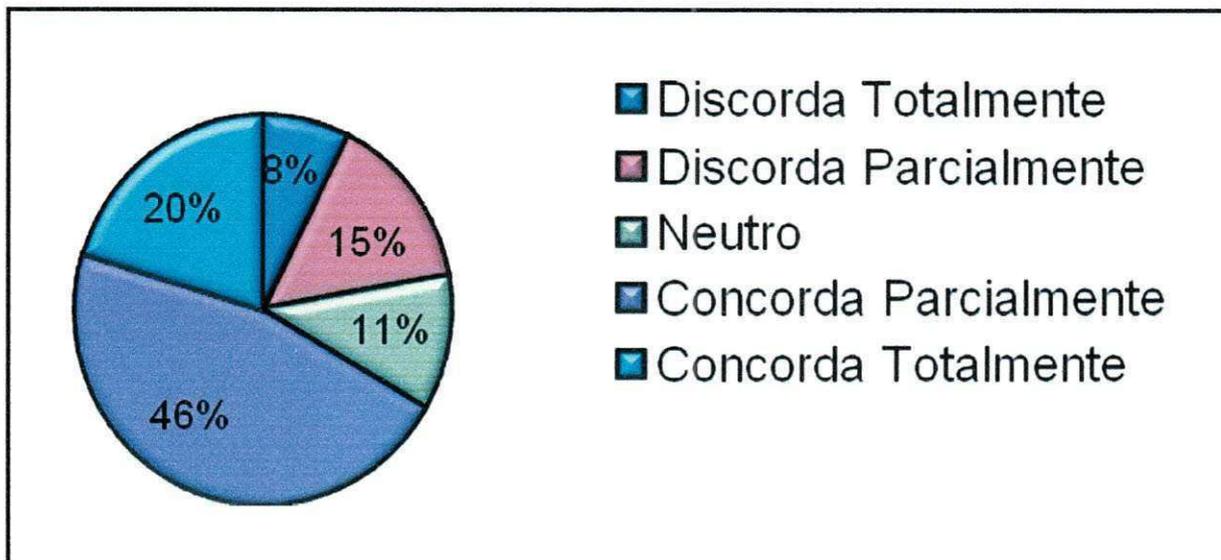


GRÁFICO 20 - O conteúdo aprendido nas disciplinas da área será útil no meu dia-a-dia.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Analisando o gráfico 20 percebe-se que 66% dos alunos consideram que o conteúdo aprendido nas disciplinas da área de Contabilidade Ambiental será útil no seu dia-a-dia. Tal constatação pode se dever ao fato de que devido a disponibilidade ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo. A Contabilidade Ambiental tem crescido de importância para as empresas bem como para sociedade de maneira geral, nesse contexto justificam-se os dados demonstrados no gráfico supra mencionado. Contudo 11% demonstraram-se neutros e 23% opinaram entre discordar parcialmente e totalmente da assertiva.

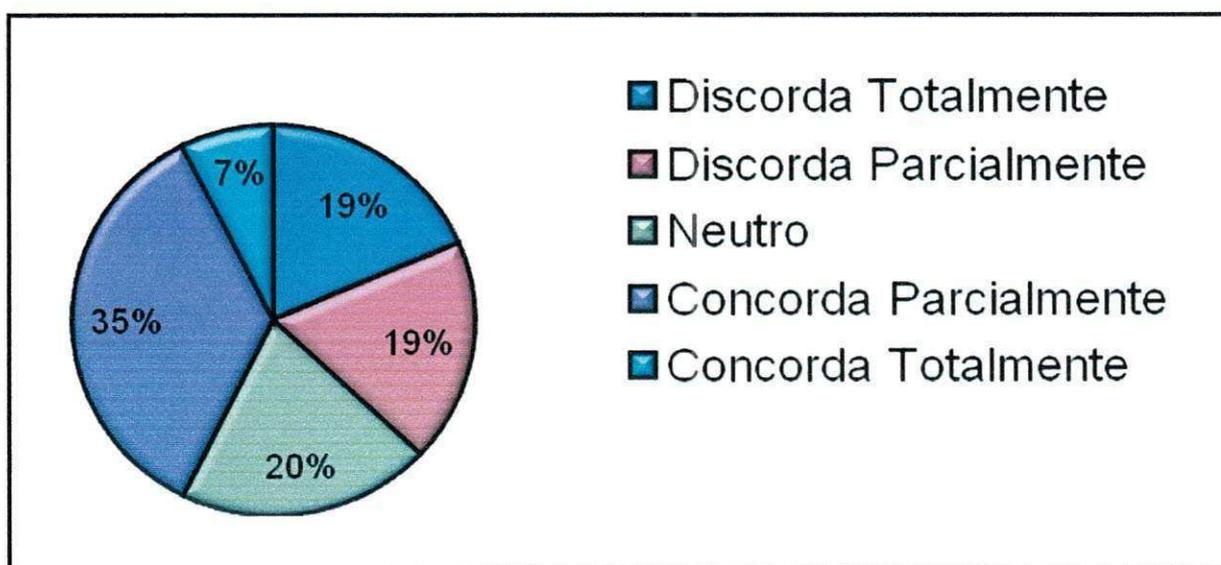


GRÁFICO 21 - Os conteúdos das disciplinas, quando do término de cada período, atingem ao proposto pelo curso.  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Analisando o gráfico 21 percebe-se que 42% dos alunos concordam que os conteúdos das disciplinas da área de Contabilidade Ambiental, quando do término de cada período, atingem ao proposto pelo curso que, segundo o Projeto político Pedagógico (PPP), é “formar profissionais na área de Ciências Contábeis, em condições de intervir de maneira crítica e sustentável em ações que possibilitem modificar e/ou informar à sociedade, Estado e empresas acerca das condições patrimoniais de entidades públicas e privadas [...]”

Entretanto se faz necessário ressaltar que 38% discordam parcialmente ou totalmente da assertiva. Se considerarmos que além desses 38% existem 20% que preferem a neutralidade percebe-se que para a maioria dos discentes esse objetivo não tem sido atendido pela disciplina.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente empresarial contemporâneo exige das organizações um comprometimento efetivo com a responsabilidade sócio-ambiental, que apresente respeito e consideração ao meio ambiente e às pessoas que nele estão inseridas. . Nesse sentido as universidades enquanto instituições voltadas à construção, ampliação e disseminação do saber têm cada vez mais se dedicado as questões ambientais e não tem envidado esforços na busca de soluções que venham a minimizar os impactos causados ao meio ambiente bem como que atendam as necessidades das organizações uma vez que essas precisam demonstrar e apresentar aos seus clientes, acionistas, fornecedores e à sociedade em geral, esse comprometimento que delas é exigido.

Dessa forma buscou-se analisar qual o interesse dos estudantes de ciências contábeis pela área de contabilidade ambiental. Nesse contexto estudos nessa área podem ser considerados relevantes na busca pela conscientização ambiental no intuito de definir estratégias que possam melhorar o atual cenário acadêmico e do futuro profissional de contabilidade.

Com base nos questionários aplicados verificou-se que houve concordância com cerca de 81% das assertivas, discordância em cerca 14% e cerca de 5% apresentaram-se neutras.

Através da análise dos resultados observou-se que para a maioria dos discentes o conteúdo aprendido nas disciplinas da área de contabilidade ambiental será útil em seu dia-a-dia. Entretanto a que se ressaltar que essa maioria não se refletiu quando se trata do que é apresentado em sala de aula em relação ao que é proposto pelo curso. Ressalta-se ainda que parte significativa desses discentes consideram que as disciplinas desta área não conduzem a uma integração entre teoria e pratica.

Diante do novo cenário que se apresenta onde a questão ambiental é bastante discutida devido ao grande enfoque com que tem sido tratada, a sociedade tem cobrado das empresas uma maior atenção com o meio ambiente bem como esclarecer o nível dos esforços que vem desenvolvendo com vistas a atingir tais objetivos. Dessa forma, a empresa precisa se adaptar aos parâmetros exigidos para não agredir ao meio ambiente e, por meio do reconhecimento e divulgação de suas praticas empresariais demonstrar seu comprometimento e zelo com a questão ambiental de modo que a sociedade a reconheça como empresa com responsabilidade sócio-ambiental. Nesse sentido detectou-se através

da pesquisa que a maioria dos discentes consideram que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental destacam aspectos importantes relacionados ao meio ambiente, desenvolvem uma estratégia de gestão ambiental e trabalham aspectos relacionados à medição de desempenho das instituições no tocante a esta área. Verificou-se ainda que elas ajudam a planejar e implantar ações de gestão e controle ambiental bem como estimulam a implementação de melhorias relacionadas ao desempenho e transparência para as instituições no tocante a área ambiental.

Nesse contexto o profissional contábil também contribui, despertando a classe empresarial a criar modelos de gestão ambiental adequados, para não somente enquadrarem-se a legislação vigente, mas por uma conscientização ambiental e responsabilidade social, tornando suas empresas mais competitivas. No entanto, devido a complexidade da atividade de certas empresas se faz necessário envolver não somente a classe contábil e a diretoria da empresa, mas também engenheiros, advogados, administradores, etc. Nesse sentido a análise dos resultados demonstrou que para a maioria dos discentes as disciplinas desta área articulam as atividades de gestão ambiental com outras atividades funcionais (Sociedade, Administração, Recursos Humanos, etc.) e que o aprendizado adquirido será importante para sua formação como cidadão com responsabilidade sócio-ambiental.

Detectou-se ainda através da análise dos resultados que cerca de 70% dos alunos concordam que as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental têm grande importância para sua formação e que são muito interessantes para o seu desenvolvimento bem como que o conhecimento aprendido pode ser considerado de grande relevância para sua formação profissional e pessoal para cerca de 60%. Contudo é importante destacar que apenas 24% dos alunos consideram que a carreira na área de Contabilidade Ambiental desperta bastante o seu interesse e que 57% não consideram a carreira nesta área como uma boa opção de trabalho e 52% não desejam seguir esta carreira.

Do exposto, entende-se que a maioria dos discentes compreendem e julgam importante as disciplinas da área de Contabilidade Ambiental, muito embora ainda não tenham despertado para esta área já que não almejam atuar no campo da Contabilidade Ambiental.

Como sugestão a futuras pesquisas, recomenda-se a realização de estudos que possam inserir outras variáveis e outras técnicas relacionadas à temática, comparando ainda se possível os resultados aqui expostos com outras instituições públicas que adotam disciplinas com ênfase em contabilidade ambiental.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 2.1 United National Conference On Environmental And Development. Rio de Janeiro, Chapter 1, Preamble, june, p. 1-3, 1992.

ALMEIDA, Fernando. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BEUREN, Ilse Maria (org.). In: Andre Andrade Longaray, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Sousa, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

BRASIL. Decreto Lei nº. 3179 de 21 de setembro de 1999. Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e da outras providencias. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/dec\\_3179\\_99.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/dec_3179_99.pdf). Acesso em: 03/06/2009.

BRASIL. Decreto Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9295.htm). Acesso em: 03 jun. 2009.

BRASIL. Decreto Lei nº. 9.710, de 3 de setembro de 1946. Dá nova redação a dispositivos do Decreto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del9710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9710.htm). Acesso em: 03 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº. 6.938, de 02 de setembro de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e da outras Providencias. Disponível em: <http://idaf.is.gov.br/Download/Legislacao>. Acesso em: 03 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 03 jun. 2009.

BRASIL. Lei n. 9605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e da outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm). Acesso em: 03 jun. 2009.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**. Curitiba: Juruá, 2007.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Agenda 21. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº. 1.055/05. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001055](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055). Acesso em: 20 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº. 1.146/08. Aprova a nova redação da NBC P 4 – Educação Profissional Continuada. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/uparq/RES\\_1146final.doc](http://www.cfc.org.br/uparq/RES_1146final.doc). Acesso em: 20 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº. 1.121/08. Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001121](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001121).

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**: resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável** – inclui Certificados de Carbono – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

FURTADO, José Maria. **Faça a coisa certa**. Revista Exame. São Paulo. V. 728, p.44-45, Nov, 2003.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON – O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br>. Acesso em 20 ago. 2009.

Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em: [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o\\_que\\_e\\_rse/o\\_que\\_e\\_rse.aspx](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx). Acesso em 25 mai. 2009

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2000.

IUDICIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexandro Broedel (org.). **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª Ed. - São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, Sergio de et al. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**-Aplicável também às demais sociedades. 6a ed. Ver. At., São Paulo: Atlas, 2003.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental como sistema de informações**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano XXXI, nº.133, jan/fev, 2002.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade ambiental: o passaporte para a competitividade**. . Artigo Científico, Florianópolis - SC, 2006. Disponível em: [http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos\\_ler.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=166](http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=166). Acesso em 15 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente**. Universo Ambiental, São Paulo - SP, 2006. Disponível em:

[http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/contabilidade\\_ambiental.html](http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/contabilidade_ambiental.html). Acesso em 15 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **Gestão ambiental**: um enfoque no desenvolvimento sustentável. Artigo Científico, Florianópolis - SC, 2006. Disponível em: <http://gestaoambiental.com.br/blogga/?p=101>. Acesso em 15 nov. 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos; COSTA, Rodrigo Simão da. **A Uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. Revista Contabilidade e Finanças, FIPECAFI – FEA – USP, São Paulo, FIPECAFI nº. 43 p. 20 – 33 jan/abr 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PADOVEZE, C.L. **Manual de Contabilidade Básica**: Uma Introdução a Prática Contábil. São Paulo: Atlas, 5ª ed, 2004.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2006.

PENTEADO, Luis Fernando de Freitas. Contabilidade Ambiental: um novo e promissor segmento. Disponível em: <http://www.via6.com/topico.php?tid=334209>. Acesso em 15 nov. 2009.

Relatório Brundtland (documento intitulado Nosso Futuro Comum), publicado em 1987. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em 23 mai. 2009.

Rêgo, Thaiseany de Freitas. **O perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN**: a relação entre o Projeto Político-pedagógico e o campo de atuação. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Nacional de Brasília - Universidade Federal da Paraíba – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

RIBEIRO, Maisa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ. Antonio Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. Atlas, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Historia Geral e Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, ano XXIX, nº. 122, p. 10 – 13, marco/abril, 2000.

\_\_\_\_\_. **A nova realidade contábil e a concepção científica do neopatrimonialismo como ação intelectual além da inteligência artificial**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: Revista do Conselho Federal de Contabilidade, Brasília: ano XXXI, nº. 133, p.47-55, jan/fev.2002.

SANTOS, André Ricardo Ponce dos. et al. **Contabilidade Ambiental: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental**. São Paulo-SP, 2006. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/47.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf). Acesso em 15 nov. 2009.

SANTOS, Antônio Silveira Ribeiro dos. **Desenvolvimento Sustentável: Considerações**. Revista Meio Ambiente Industrial-SP, jan. fev. 2001.

SENAC-PR. Disponível em: [http://www.pr.senac.br/institucional/acoes\\_estrategicas/pets/Conceito\\_RS.htm](http://www.pr.senac.br/institucional/acoes_estrategicas/pets/Conceito_RS.htm). Acesso em 03 jun. 2009.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade Ambiental: a busca da eco-eficiência**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia, Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade publica das organizações.** São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Resolução Nº. 07/2004. Cria o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, do *Campus* de Sousa, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res\\_res\\_16072004](http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_res_16072004). Acesso em 15 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº. 07/2004-A (Alterada pela Resolução Nº 22/2007 e Resolução Nº 16/2009). Regulamenta a Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Campus de Sousa, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res\\_16072004A](http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16072004A). Acesso em 15 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 06/2006, Autoriza o Processo de Transferência Voluntária, em caráter excepcional, o cadastramento e a matrícula de alunos do Curso de Agronomia da FESC para curso idêntico do Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar da UFCG. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res\\_16062006](http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16062006). Acesso em 15 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº. 07/2006. Autoriza o Processo de Transferência Voluntária, em caráter excepcional, o cadastramento e a matrícula de alunos do Curso de Ciências Contábeis da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras – FESC, para curso idêntico do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFCG. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res\\_16072006](http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16072006). Acesso em 15 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº. 22/2007. Altera a Resolução Nº 07/2004-A que regulamenta o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, do Campus de Sousa, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res\\_16222007](http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16222007). Acesso em 15 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº. 16/2009. Altera a Resolução 07/2004-A que regulamenta a Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Campus de Sousa, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res\\_16162009](http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16162009). Acesso em 15 out. 2009.

VALSANI, Flavio. **Responsabilidade Social e Meio Ambiente**. São Paulo: 2007. Disponível em: [http://www.lvba.com.br/portugueses/quem\\_somos/pensamentos/artigofv03.pdf](http://www.lvba.com.br/portugueses/quem_somos/pensamentos/artigofv03.pdf). Acesso em: 03 jun. 2009.

ZANLUCA, Julio Cesar. **História da Contabilidade**. Portal de Contabilidade, 2000. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>. Acesso em: 03 jun. 2009.

## APÊNDICE



### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – TCC

#### UMA ANÁLISE DO INTERESSE DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELA ÁREA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL

**Orientador:** MSc. José Ribamar Marques de Carvalho

**Orientando-Pesquisador:** Francisco Allison Moreira Alexandre

Abaixo seguem algumas assertivas/afirmações que tentam **analisar o seu interesse pela área de Contabilidade Ambiental**. Você deverá marcar o grau de discordância/concordância (numa escala de 1 a 5) de cada assertiva/afirmação, onde: **1 discorda totalmente; 2 discorda parcialmente; 3 neutro; 4 concorda parcialmente; e 5 concorda totalmente.**

<b>Assertivas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
As disciplinas da área de Contabilidade Ambiental têm grande importância para mim.					
As disciplinas da área são muito interessantes.					
Não me incomoda gastar tempo extra para me dedicar às atividades relacionadas a essa disciplina.					
Eu cursaria as disciplinas desta área, mesmo que não fossem obrigatórias.					
A disciplina desta área desenvolve uma estratégia de gestão ambiental.					
As disciplinas da área destacam aspectos importantes relacionados ao meio ambiente.					
A disciplina trabalha aspectos relacionados à medição de desempenho das instituições no tocante a área ambiental.					
A disciplina ajuda a planejar e implantar ações de gestão e controle ambiental.					
A disciplina estimula o planejamento e implementação de melhorias relacionadas ao desempenho e transparência para as instituições.					
A disciplina articula as atividades de gestão ambiental com outras atividades funcionais (Sociedade, Administração, Recursos Humanos etc)					
A carreira nesta área é uma boa opção para mim.					
A carreira na área Ambiental para mim é desejável.					
Uma carreira nesta área desperta bastante o meu interesse.					
A aprendizagem gerada na área desenvolve nos estudantes o pensamento crítico e científico.					
Entendo que todos devem cursar as disciplinas desta área.					
A sociedade espera que minha instituição de ensino incentive a formação de seus alunos para esta área.					
O que aprendo nas disciplinas desta área será importante para					

minha formação como cidadão com responsabilidade sócio-ambiental.					
O aprendizado das disciplinas desta área pode ser considerado de grande relevância para minha formação profissional e pessoal.					
As disciplinas da área conduzem os estudantes a aliar teoria e prática.					
O conteúdo aprendido nas disciplinas da área será útil no meu dia-a-dia.					
Os conteúdos das disciplinas, quando do término de cada período, atingem ao proposto pelo curso.					

Desde já agradeço sua disponibilidade em contribuir para a consecução de nosso estudo.